



20 anos

GUIA

Patrocínio



**Rio de Janeiro
2007**

Apresentação

O ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO (AMORJ) foi criado em 1987 a partir da documentação produzida por um conjunto de pesquisas desenvolvidas pelos professores do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Constituindo-se como um dos núcleos do Laboratório de Pesquisa Social (LPS), órgão criado em 1983, o AMORJ veio se juntar a outras iniciativas bem sucedidas de documentação do movimento operário e sindical, tendo como objetivo resgatar a história da classe operária no Rio de Janeiro de forma ampla, incluindo suas várias experiências, práticas de resistência e manifestações políticas e culturais. Funciona, portanto, como um núcleo de preservação da memória dos trabalhadores, reunindo acervo composto de Documentos Textuais (manuscritos e/ou datilografados), Documentos Impressos (livros, jornais, revistas, folhetos, panfletos), e Documentos Visuais e Sonoros (cartazes, fotografias, fitas-cassete e de vídeo), relacionados à classe trabalhadora, particularmente, do Rio de Janeiro.

Ao longo desses anos de existência, o AMORJ teve um crescimento significativo, sendo hoje uma referência no meio acadêmico, de documentação e também no meio operário, sindical e partidário.

O trabalho do AMORJ tem alcançado o público acadêmico das áreas de Ciências Sociais, História, Educação, Economia, Engenharia de Produção no que concerne a temas relativos a processo de trabalho, resistência fabril e/ou participação partidária e sindical. Temos sido procurados para consulta de pesquisadores e grupos de várias origens (UFRJ, UFF, CPDOC, UNICAMP e UFSC) e até mesmo colaborado com algumas pesquisas institucionais.

O AMORJ participa do Consórcio de Centros Cooperantes do Programa de Memória do PCB, rede nacional de preservação da memória do Partido, constituída em 1992 e que conta com o apoio de 15 instituições. Juntamente com a Fundação Perseu Abramo, do Partido dos Trabalhadores, o Arquivo vem desenvolvendo uma trabalho de organização do Arquivo de Memória do PT/RJ.

No que diz respeito ao relacionamento com o movimento sindical caberia destacar que os sindicatos e as centrais sindicais têm mantido com o Arquivo permanente intercâmbio de consultas e publicações, tendo o AMORJ apoiado algumas iniciativas na área sindical, através de assessoria ou fornecimento de dados. Caberia ressaltar a assessoria ao Programa de Preservação de Memória da CUT, ao Projeto de Criação do Telecurso da CUT, ao Centro de Memória Ferroviária (Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Central do Brasil), ao Projeto de Preservação da Memória do Sindipetro-Caxias e outras iniciativas na área de formação sindical.

Inserido no espaço acadêmico, o AMORJ tem contribuído para a formação e aprimoramento de pessoal nas áreas de documentação e extensão, sejam estudantes, assistentes de pesquisa ou técnicos em documentação. Neste sentido destaca-se a formação de alunos através de leituras dirigidas e discussões de textos específicos, bem como de orientação e acompanhamento sistemático de tarefas na área de pesquisa, levantamentos, elaboração de instrumentos de pesquisa e organização e tratamento da documentação.

O acervo do AMORJ, conta hoje com 02 Fundos e 55 Coleções, organizadas e em organização, tomando como referência arranjos produzidos por profissionais/estudantes que trabalham no Arquivo. Parte destas são Coleções doadas por particulares vinculados a organizações partidárias e/ou ao movimento sindical, ou ainda, resultados de pesquisas acadêmicas.

O Acervo do AMORJ, conta ainda, com uma Coleção de Periódicos com mais de 2.700 títulos, um conjunto significativo de depoimentos orais, fotos e cartazes.

Acervo do AMORJ

NOME	SIGLA	SITUAÇÃO
FUNDOS		
• Partido Comunista Brasileiro	PCB	Organizado
• Partido dos Trabalhadores	PT	Em revisão
COLEÇÕES INSTITUCIONAIS		
• Amorj	AMORJ	Em organização
• Archivo del Movimento Operario Brasileiro (microfilmes)	ASMOB	Organizado
• Bancários Perseguidos pela Ditadura e a Luta pela Anistia	BPDLA	Em organização
• Central Autônoma dos Trabalhadores	CAT	Em organização
• Central Geral dos Trabalhadores	CGT	Em organização
• Central Única dos Trabalhadores	CUT	Organizado
• Coletivo Gregório Bezerra	CGB	Em organização
• Entidade Sindicais	ES	Organizado
• Força Sindical	FS	Em organização
• Grupo Tortura Nunca Mais	GTNM	Em organização
• Movimento Estudantil	ME	Organizado
• Movimentos e Organização dos Trabalhadores Rurais no Brasil	MOTRB	Em organização
• Núcleo de Pesquisa Social	NUPES	Em organização
• Organizações de Esquerda (1969-1974)	OE	Em organização
• Partido Comunista do Brasil	PcdoB	Organizado
• Partido Democrático Trabalhista	PDT	Organizado
• Partido Socialista Brasileiro	PSB	Organizado
• Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado	PSTU	Organizado
• Pastoral do Trabalhador	PAST	Organizado
• Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro	RPCB	Em organização
COLEÇÕES PARTICULARES		
• Almir de Oliveira Neves	AON	Organizado
• Ana Maria Batista	AMB	Organizado
• Angelo Morena	AM	Organizado
• Anita Leocádia Prestes	ALP	Em organização
• Antonieta Campos da Paz	ACP	Em organização
• Armando Ribeiro	AR	Em organização
• Carlson Magno Barbosa	CM	Em organização
• Celso Rodrigues Maio	CRM	Organizado
• Edmundd Frow	EF	Organizado
• Eduardo Stoltz	ES	Organizado
• Eloiza Felizardo Prestes	EFP	Organizado
• Geraldo Cândido	GC	Organizado
• Giocondo Dias	GD	Organizado
• Ingrid Sarti	IS	Em organização
• Hamilton Garcia	HG	Organizado
• Henrique Ferreira Gama	HFG	Organizado
• Hércules Corrêa	HC	Organizado
• João Angelo Labanca	JAL	Organizado
• João de Deus da Silva	JDS	Em organização
• Leôncio Basbaum	LB	Organizado
• Leônidas Cardoso Júnior	LCJ	Organizado
• Luiz Branco do Valle	LBV	Organizado
• Luiz Fernando Gallotti	LFG	Organizado

• Marcelo Camurça	MC	Organizado
• Marcos Jaimovich	MJ	Organizado
• Marcus Miranda	MM	Organizado
• Moisés Vinhas	MV	Organizado
• Muniz Ferreira	MF	Organizado
• Silvio Tavares	ST	Organizado
• Sócrates Gonçalves	SG	Em organização
• Tibor Sulik	TS	Organizado
• Ulisses Lopes	UL	Organizado

COLEÇÕES ORIGINÁRIAS DE PESQUISAS ACADÊMICAS

• Bairro Fábrica	BF	Em organização
• No Calor do Fogo	CF	Em organização
• Companhia Siderúrgica Nacional	CSN	Em organização
• Escola de Líderes Operários	ELO	Em organização
• Estado e Classe Trabalhadora nos Governos Militares (1964-1985)	ETGM	Em organização
• Fábrica Nacional de Motores	FNM	Em organização
• Indústria da Construção Naval do Rio de Janeiro	CNRJ	Em organização
• Secretária: Uma Ambigüidade em Feitio de Profissão	SAFP	Em organização
• Direitos e Justiça do Trabalho no Brasil	DJTB	Em organização

CATÁLOGOS GERAIS

• Catálogo de Biografias de Dirigentes e Militantes do PT	-	Organizado
• Catálogo de Cartazes	-	Organizado
• Catálogo de Depoimentos	-	Organizado
• Catálogo de Fitas Cassete de Áudio	-	Organizado
• Catálogo de Fitas Cassete de Vídeo	-	Organizado
• Catálogo de Livros (Fundo PCB)	-	Organizado
• Catálogo de Periódicos jornais e revistas	-	Em revisão
• Catálogo de Teses e Dissertações	-	Organizado
• Catálogo dos Documentos Anarquistas da Coleção Asmob	-	Organizado
• Catálogo sobre a Repressão Política no Brasil (1964-1985)	-	Organizado
• Catálogo Mulheres Militantes no Acervo do AMORJ	-	Organizado

FUNDOS

◆PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO – PCB

◆PARTIDO DOS TRABALHADORES – PT

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Sigla: PCB

Doação: Partido Popular Socialista*

Documentação: 1956 – 1992 (período abrangido)

*Origem: Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, Diretório Nacional do Partido Popular Socialista e Instituto Astrogildo Pereira.

O Partido Comunista Brasileiro foi fundado em 25 de março de 1922, após a realização do seu I Congresso que tinha como objetivo aglutinar num só partido os grupos comunistas, oriundos dos movimentos socialistas, anarquistas e anarco-sindicalistas, influenciados pelas transformações sociais colocadas em prática pela Revolução Russa de 1917. Com o término das discussões foi aprovado a fundação do "Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional Comunista", logo depois denominado Partido Comunista do Brasil, sendo registrado como sociedade civil e publicada no Diário da União de 7 de abril de 1922.

De início, contava apenas com 75 militantes espalhados pelo país. O partido passa a atuar no movimento operário combatendo as doutrinas anarquistas, mas durou pouco a sua primeira fase de legalidade (março a junho de 22).

Na década de 20 o PCB realizou três Congressos (1922, 1925, 1928/29): o I, de formação; o II, realizado em maio de 25, teve como temática a política, a atuação no meio sindical e a aprovação da tese "Agrarismo e Industrialismo", formulada por Otávio Brandão. Entre janeiro e agosto de 1927, o partido retoma a legalidade, participando das eleições de 24 de fevereiro de 27, pela legenda do Bloco Operário (BO), e em 1929 das eleições municipais pelo Bloco Operário Camponês (BOC).

O III Congresso foi realizado entre os dias 29 de dezembro/28 e 4 de janeiro de 1929. Este encontro foi marcado por fortes discussões a respeito da política sindical implementada pelo partido. Com o término do Congresso, o PCB se organiza sob a legenda do BOC com a finalidade de lançar candidato a presidência e a Assembleias Legislativas nas eleições de 1930. Não obtendo êxito, o Bloco Operário Camponês é extinto pelo partido, passando por uma autocrítica a sua atuação política.

No início de 30, o PCB passa por uma profunda reformulação em sua direção, implantadas as linhas "obreiristas" ou de "proletarização". Este quadro gerou uma instabilidade dentro do partido, minando as suas fileiras.

Com a eclosão da Revolução de 30, o partido optou em ficar à margem do processo, classificando-a como uma ação pequeno-burguesa. Em 32, com a Revolução Constitucionalista, o PCB é novamente alvo da repressão, mesmo não tendo participado do movimento. Nesse período, sua principal luta se refletia no meio sindical contra a lei de sindicalização imposta pelo governo. Com as eleições constituintes marcadas para maio de 33 o partido tenta em vão o seu registro eleitoral. Nesse contexto, os comunistas participam das eleições na legenda da União Operária Camponesa que aglutinava vários setores de oposição, o PCB não obteve êxito no pleito eleitoral.

Com o fortalecimento da Ação Integralista Brasileira, o PCB se posiciona de forma mais eficaz no meio sindical e na classe média, dando início à formação de uma frente democrática antifascista.

Em junho de 34 foi realizada a I Conferência Nacional do PCB, com a aprovação da tese "Crise Revolucionária", o partido deveria tomar o posto de vanguarda. Em março de 1935 é formada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), sob forte influência dos comunistas. Esta organização representou um centro de confluência de todas as forças de caráter popular, democrática, antifascista e antiimperialista. Com o fortalecimento dos movimentos contestatórios, o Governo Vargas, com base na Lei de Segurança Nacional, decreta em julho de 1935 a ilegalidade da ANL. Seus militantes e simpatizantes, especialmente os comunistas, são perseguidos pelos órgãos de repressão.

Com o fechamento da ANL, o PCB passa a desenvolver uma maior ação para os preparativos da revolta armada, reconhecendo que o momento era propício, diante das greves e passeatas, contra o governo.

O movimento revolucionário de 35, encabeçado pelo Partido Comunista inicia-se em Natal - no dia 24 de novembro, em Recife - no dia 24 e por último na madrugada do dia 27, no Rio de Janeiro. As ações dos revoltosos foram reprimidas pelos órgãos de segurança. Inicia-se uma escalada repressiva levando à prisão centenas de comunistas, aliancistas e simpatizantes do movimento. Tal conjuntura lança o PCB num total isolamento.

Com a decretação em novembro de 37 do Estado Novo, acentua-se a repressão aos opositores, em especial aos comunistas. Em 1940 todos os membros do Comitê Central e a maioria dos dirigentes regionais foram presos. No final desse mesmo ano, pequenos grupos isolados partem para uma gradual reestruturação do partido, destacando-se os grupos da Bahia e do Distrito Federal, ligados a Luiz Carlos Prestes. Em 1942 foi organizada a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP). Em agosto de 1943, sob a orientação da CNOP, realiza-se a II Conferência Nacional, conhecida mais tarde como Conferência da Mantiqueira. A nova linha política do partido defendia a estratégia da "União Nacional" em torno do Governo Vargas, na luta contra a ameaça nazi-fascista.

Nos primeiros meses de 1945, com a abertura política e a anistia, os opositores ao governo, especialmente os comunistas, são beneficiados. Inicia-se para o partido uma nova fase de reestruturação.

Decretada sua legalidade, o PCB se lança na organização de células nas principais capitais, proporcionando assim o aumento de sua militância, tornando-se o maior Partido Comunista da América Latina. Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, o PCB consegue eleger um senador (o mais votado do país) e 15 deputados federais. Nas eleições, de janeiro de 47, o partido elege um suplente de senador e dois deputados federais pela legenda do PSP, 46 deputados estaduais e vereadores em vários municípios. Neste mesmo ano, o TSE caça o seu registro e em janeiro de 48, é decretada a extinção dos mandatos dos comunistas.

No início de 1948 é para o PCB o retorno à ilegalidade e repressão. Seus jornais são empastelados e suas células são desarticuladas. Diante do quadro repressor, o partido se vê lançado ao ostracismo e nesse mesmo ano lança um manifesto rompendo com as linhas da legalidade e da "Frente de União Nacional", classificando o Governo Dutra de "traidor nacional a serviço do imperialismo norte-americano". Este manifesto é ratificado em 49 e difundido em 1950 pelo "Manifesto de Agosto".

No início dos anos 50, o partido organiza várias manifestações de cunho nacionalista. Em 1954 o PCB realizou seu IV Congresso, aprovando as teses defendidas pelo "Manifesto de Agosto".

Após o XX Congresso do PCUS em 1956, o PCB se depara com a crise do stalinismo, gerando uma ruptura em sua direção em função de questões ideológicas. Em março de 1958 o Comitê Central lança a "Declaração de Março", rompendo com o sectarismo das teses do IV Congresso, defendendo a formação de uma Frente Única e Nacionalista.

O V Congresso, realizado em agosto/setembro de 1960, representou um divisor de águas em virtude do rompimento com o grupo stalinista e da aprovação da tese de "coexistência pacífica". Neste período o PCB defendia o caráter nacional da revolução e a participação num amplo movimento nacionalista (PTB-PSD-UNE), apoiando nas eleições presidenciais a chapa Lott/Goulart. Em agosto de 1961, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, o partido realizou sua III Conferência Nacional, que aprovou a alteração da sigla da organização, para Partido Comunista Brasileiro (PCB), com a finalidade de acentuar seu caráter nacional, bem como a obtenção de sua legalidade. Tal proposta representou a saída de militantes históricos do partido e a fundação, em 1962, do PCdoB.

No meio sindical, o partido participou do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da União dos Lavradores Agrícolas do Brasil (ULTAB), além de participar da Frente de Mobilização Popular, para as eleições de 1962.

Após o golpe militar de 31 de março de 1964, o PCB passa a viver sob forte repressão e uma acirrada luta interna entre militantes que defendiam a luta armada e a direção nacional do partido, que defendia uma Frente Ampla, optando pelo "caminho pacífico".

O VI Congresso só foi realizado em dezembro de 1967, em virtude da repressão. As teses defendiam a Frente Ampla e a luta pacífica pela legalidade. Esta tática resultou na expulsão dos militantes pró-luta armada e na aproximação do PCB com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Na década de 70, o Partido Comunista Brasileiro é alvo do AI-5, e muitos dos seus militantes são presos e mortos pelos órgãos de repressão.

Com a decretação da Anistia em 1979, os militantes exilados retornam ao país e se lançam na luta pela legalidade do partido. Paralelamente, inicia-se na direção uma disputa ideológica, com duas posições bastante definidas: uma de tendência eurocomunista, apoiando a política da "frente democrática", com a "transição negociada", e outra, pró - União Soviética, defendendo a formação da "frente de esquerda".

Luiz Carlos Prestes, secretário geral do partido desde 1943, diverge da direção, defendendo a formação da "frente de esquerda". Esta crise levou Prestes a romper com o partido em 1980, criticando a direção através da "Carta aos Brasileiros".

O VII Congresso do PCB realizou suas primeiras reuniões em dezembro de 1982, mas só foi concluído em 1984, em função da repressão. As teses aprovadas defendiam as linhas do VI Congresso.

Após várias manifestações o partido, em maio de 1985, conquista a legalidade. Neste período o PCB gozava de pouca inserção na sociedade, fruto da repressão, das lutas internas e das novas frentes de esquerda: PT, PMDB, PDT, PCdoB. Ainda neste ano o PCB defende ao lado do PMDB e do PFL, a transição com José Sarney. Com relação ao movimento sindical o partido apoiava as greves desde que fossem moderadas. Em 1986, apoia o Plano Cruzado.

Em junho de 1987, foi realizado o VIII Congresso, considerado extraordinário. As teses aprovadas reavaliavam a linha política frente ao governo Sarney, bem como sua inserção no movimento operário.

O IX Congresso, realizou-se entre maio/junho de 1991, e as teses discutidas procuravam refletir as transformações ocorridas nos países do leste europeu, ou seja, nos países socialistas.

Em janeiro de 1992, após 70 anos de história, dos quais 60 na ilegalidade, o PCB realizou seu X Congresso em São Paulo. A principal tese aprovada foi à extinção do partido ou, segundo a direção, sua "transformação", passando a chamar-se Partido Popular Socialista (PPS).

Descrição/Organização dos documentos:

O Fundo **PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO** contém **documentos textuais** (manuscritos e/ou datilografados), **documentos impressos** (livros, títulos de jornais e revistas, panfletos, folhetos), e **documentos visuais** (cartazes, fotografias, adesivos, fitas de vídeo e cassete), **material museológico** (medalhas, badeiras, bustos de bronze, botons etc).

É composto por documentação arquivística e bibliográfica. A biblioteca do PCB, de aproximadamente 3.000 livros, é composta de doações de integrantes do partido, dentre estes se destacam, pela quantidade e qualidade de suas doações, compostas de seus acervos particulares, Clóvis Melo, Alberto Passos Guimarães, Giocondo Dias, entre outros. A biblioteca é rica em seu conteúdo, versando sobre política, economia, partidos políticos, movimento sindical, literatura brasileira e estrangeira, História do Brasil e dos países do "bloco socialista", entre outros assuntos.

A documentação arquivística do Partido Comunista Brasileiro, totalizando 20 metros lineares de documentos, sobre Congressos, Deliberações da Direção Nacional/Comitê Central, Campanhas Eleitorais, Atuação Parlamentar e vários outros assuntos de substancial importância, trazendo importantes informações para o entendimento da história do partido, em período mais recente. Destaca-se também, entre outros documentos, os de Astrogildo

Pereira (correspondências com seus familiares e companheiros, militantes anarquistas e comunistas), que integram o seu acervo particular.

Optamos pela de um método de arranjo misto, ao mesmo tempo estrutural e funcional. Estrutural na medida em que se destacam especificidades dos níveis Nacional e Regional, e funcional, porque pretende expressar a dinâmica da atuação do PCB através das mais variadas formas.

Os documentos estão dispostos em **arquivos de metal e caixas de transferência** e organizados de acordo com o **arranjo**, dividido nas seguintes **partes: 01. DNCC – Da Direção Nacional / Comitê Central; 02. CONG. Dos Congressos do Partido; 03. OPAR – Outros Partidos.** Estas partes se dividem, internamente, em séries e subséries.

Parte 01. Série 01. PGRP – Da Política Geral do Partido; 02. ARBE – Artigos, Biografias, Correspondências, Entrevistas, Fotografias de Dirigentes e Militantes do Partido; 03. PAMC – Política Agrária – Movimento Camponês; 04. EMCC – Ecologia, Movimento Comunitário, Cultura; 05. PEIP – Política Editorial, Imprensa e Propaganda; 06. Educação, Formação Política de Dirigentes e Militantes; 07. PEAP – Política Eleitoral, Atuação Parlamentar; 08. JCME – Juventude Comunista, Movimento Estudantil; 09. PINT – Política Internacional; 10. DIVI – Divergências Internas; 11. MFEM - Movimento Feminista; 12. MINI – Movimento Indígena e Negro e a Igreja no Brasil; 13-PSAU. Política de Saúde; 14-PSIN. Política Sindical; 15-MMUS. Material Museológico.

Parte 02. Série 01-SXSE. Sexto e Sétimo Congressos; 02-OIEX. Oitavo Extraordinário; 03-NONO. Nono Congresso; 04-DECI. Décimo Congresso.

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Sigla: PT

Produzido pelo AMORJ através de doações

Documentação: 1979 – 2003 (período abrangido)

O Partido dos Trabalhadores foi fundado oficialmente em 10 de fevereiro de 1980. Até 1996 tinha realizado 10 Encontros e 1 Convenção (setembro de 1981) Nacionais, e 1 Congresso, realizado entre fins de novembro e início de dezembro de 1991, dois anos após a "derrota" de Lula nas eleições de 1989, e alguns encontros extraordinários. Estes eventos foram precedidos de Encontros Municipais e Regionais.

Já em 1982, o PT participa do processo eleitoral, lançando candidatos em todos os níveis, de governadores a vereadores dos mais longínquos municípios deste país continental. As candidaturas, tanto majoritárias, como proporcionais, se apresentavam unificadas por uma bandeira referencial "Trabalho, Terra e Liberdade", aprovada juntamente com a "Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores", no II Encontro Nacional, de março de 82. Nesse evento predominou as discussões sobre as eleições de novembro e os delegados presentes descartaram a possibilidade de aliança/coligação com outros partidos, rechaçando a proposta de voto útil defendida pelo PMDB e por parte da esquerda tradicional encastelada nessa agremiação.

O PT elegeu dois prefeitos, Gilson Menezes - Diadema/SP e Manoel da Silva Costa, de Santa Quitéria/MA, sendo que nesse último município elegeu 6 dos 9 vereadores da Câmara Municipal. Luiz Inácio da Silva, o LULA, que foi candidato ao governo do Estado de São Paulo, recebeu 1.144.648 votos, tendo como vice o jurista e hoje deputado federal, pelo segundo mandato, Hélio Bicudo.

Se em 1982, o partido conquistou duas prefeituras, em 1985 ele a prefeita de Fortaleza/CE, Maria Luiza Fontenelle. Em 1988 o PT obtém vitória em 38 municípios, incluindo capitais importantes como São Paulo, Vitória e Porto Alegre. Em 92 perde as prefeituras de São Paulo e Vitória, mais conquista cinquenta e duas, entre elas, Belo Horizonte e Rio Branco. Nas eleições de 96, o PT elegeu 115 prefeitos, 145 vices em coligações, e mais de mil e quinhentos vereadores. O PT elegeu em cidades como Porto Alegre, Angra dos Reis, Icapuí e tantas outras, os prefeitos pela terceira vez consecutiva.

Em 82 o Partido dos Trabalhadores elege 8 deputados federais. A partir das eleições de 94 passa a contar com 49 parlamentares federais e cinco senadores: Eduardo Matarazzo Suplicy (SP - eleito em 90), para um mandato de oito anos; Benedita da Silva (RJ), José Eduardo Dutra (SE), Marina Silva (AC), Lauro Campos (DF).

A bancada federal do PT tem uma atuação relevante em momentos significativos para a vida de nosso país, e em particular para a vida dos trabalhadores brasileiros, que durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, tiveram nos deputados constituintes do partido, seus principais aliados/representantes. É também em 94, que são eleitos pelo PT os governadores do Distrito Federal (Cristóvam Buarque) e do Espírito Santo (Vitor Buaiz), que em 1997 deixou o partido em função de divergências internas e filiou-se ao PV- Partido Verde.

Já com relação as Eleições Presidenciais de 1989 e 1994 é importante analisarmos que trata-se de dois processos bastante diferenciados que merecem distintas avaliações e análises. Enquanto em 89, a disputa vai se dar em processo isolado, onde apenas o Presidente da República vai ser eleito, em 94 trata-se de processo conjugado onde elege-se de deputado estadual a presidente, passando por governadores, deputados federais e senadores. Nos dois casos a identidade encontrada é que Luiz Inácio Lula da Silva vai ser

“derrotado” pelos candidatos da elite conservadora, que termina por eleger os dois Fernandos, afinados com o projeto neoliberal que vem promovendo desde 1990 a recessão, o desemprego e o desmonte do Estado brasileiro.

Em termos de arranjos das elites para derrotar o candidato do Partido dos Trabalhadores, o processo eleitoral de 1998 tem suas especificidades. É bom lembrar que em meio ao primeiro mandato do presidente FHC, o conservadorismo encastelado na Câmara dos Deputados e Senado Federal, atendendo as demandas dessas elites, promoveu uma alteração na Constituição, possibilitando a criação do instituto da reeleição. É em cima desse episódio que envolveu a denúncia sobre a compra de votos de parlamentares de diversos partidos, principalmente dos chamados “nânicos”, que Fernando Henrique Cardoso se reelegeu presidente do Brasil. Era necessário não alterar as regras definidas no processo anterior, ou seja enraizar o projeto neoliberal em todas as esferas da sociedade.

Descrição/Organização dos documentos:

O Fundo PARTIDO DOS TRABALHADORES contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, títulos de jornais e revistas), documentos audio-visuais (fotografias, cartazes, adesivos, fitas cassete e de vídeo) e material museológico (botons, camisetas de campanhas, bandeiras, etc).

O acervo contém documentos relativos ao Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, à fundação do PT (Manifesto, Programa, Estatutos, Regimentos, Planos de Luta), em 1980, e a períodos posteriores de grande significado na História do Partido, como por exemplo, quando obtém seu registro definitivo e elege seu 1o. Diretório Nacional.

Destacam-se neste Fundo, as teses, as resoluções políticas e outros documentos produzidos em Convenções, Encontros, Congressos e Seminários, tanto a nível nacional, como a nível do Rio de Janeiro e de outros estados, ou no entorno destes eventos. Das direções nacional e regionais vamos encontrar material importante para recuperação da história do partido. Tratando-se dos processos eleitorais, a partir de 1982, destaca-se um conjunto de documentos contendo programas, plataformas de governo, panfletos, folhetos, adesivos, botons e camisetas, de candidatos em todos os níveis. Um número significativo de documentos das tendências e sobre as tendências existentes no interior do PT, pode ser encontrado em nosso acervo.

Trata-se de um Fundo aberto, constituído por material produzido e doado ao AMORJ pela Direção do Partido (executivas regional e municipal - RJ), pelos Gabinetes de deputados e vereadores, pela Liderança do PT na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, e por inúmeros militantes. Encontram-se também, documentos produzido pelo AMORJ, quando do Ciclo de Debates “PT 15 ANOS - Nada Será Como Antes: História, Desafios e Perspectivas”, promovido pelo Arquivo, entre os meses de agosto e novembro de 1995.

A leitura de alguns trabalhos sobre a formação, construção e consolidação do Partido dos Trabalhadores, principalmente: “PT: A Formação de um Partido - 1979/1982”, de Raquel Meneguello; “Prá Que PT: Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores, de Moacir Gadotti e outro; “Sobre o PT”, de Mário Pedrosa; “Lula o Metalúrgico: Anatomia de uma liderança”, de Mário Morel; “E Agora PT: caráter e identidade”, de Emir Sader (org.); “O PT em Movimento: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores”, de Florestan Fernandes; “O Modo Petista de Governar”, de Jorge Bittar (org.), e de documentos pertencentes ao próprio Fundo, forneceram elementos/informações necessárias para a elaboração do arranjo.

Optamos pela utilização de um método de arranjo misto, ao mesmo tempo estrutural e funcional. Estrutural, na medida em que se destaca as especificidades dos níveis Nacional e Regionais, e funcional, porque se pretende expressar a dinâmica da atuação do PT através de formas variadas.

Os documentos estão dispostos em *caixas de transferência* e organizados em três grandes séries: 1. PT- Nacional; 2. PT - Rio de Janeiro (incluindo documentos do Diretório Regional, do Diretório Municipal e de Diretórios de outros municípios do RJ); 3. PT - Outros Estados (incluindo municípios).

Estas grandes séries estão subdivididas em: Movimento Pró-PT, Encontros/Convenções, Direção (incluindo Secretarias), Fundações/Institutos de Formação Política e Pesquisa, Governo Paralelo, I Congresso Nacional/Congressos Estaduais Preparatórios, Eleições, Administrações Petistas, Bancada Federal, Tendências,

Periódicos/Livros/Textos, incluindo Recortes de Jornais - Grande Imprensa (para o grupo PT - Nacional). Igual organização, com algumas singularidades, foi concebida para as séries PT - Rio de Janeiro e PT - Outros Estados.

O acervo continua sendo ampliado e a organização dos documentos do Fundo nos permitiu identificar as lacunas que pretendemos preencher e manter sua permanente atualização, esforço para o qual se volta a equipe do AMORJ, através de contatos junto aos Diretórios (Nacional, Regionais e Municipais) do Partido dos Trabalhadores.

Organizado

Instrumento de Pesquisa "Fontes Para a História do Partido dos Trabalhadores", Volume 1 - Nacional e Volume 2 - Rio de Janeiro e Outros Estados, a disposição de interessados para consulta e reprodução.

COLEÇÕES PARTICULARES

- ALMIR DE OLIVEIRA NEVES – AON
 - ANA MARIA BATISTA – AMB
- ANTONIETA CAMPOS DA PAZ – ACP
 - ARMANDO RIBEIRO – AR
 - CARLSON MAGNO – CM
- ELOIZA FELIZARDO PRESTES – EFP
 - GERALDO CÂNDIDO – GC
 - GIOCONDO DIAS – GD
 - HAMILTON GARCIA – HG
- HENRIQUE FERREIRA GAMA – HFG
 - HÉRCULES CORRÊA – HC
- JOÃO ANGELO LABANCA - JAL
- JOÃO DE DEUS DA SILVA - JDS
 - LEÔNCIO BASBAUM - LB

- LEÔNIDAS CARDOSO JÚNIOR – LCJ

- LUIZ BRANCO DO VALLE – LBV

- LUIZ FERNANDO GALLOTTI – LFG

- MARCOS JAIMOVICH – MJ

- MARCUS MIRANDA – MM

- MOISÉS VINHAS – MV

- MUNIZ FERREIRA – MF

- SILVIO TAVARES – ST

- SÓCRATES GONÇALVES – SG

- TÍBOR SULIK – TS

- ULISSES LOPES – UL

ALMIR DE OLIVEIRA NEVES

Sigla: AON

Doação: Diva Rodarte Neves (viúva)

Documentação: 1976 - 1992 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Almir de Oliveira Neves

Data de Nascimento: 28 de junho de 1912

Local de Nascimento: São Mateus / ES

Filiação: Eugênio dos Santos Neves
Branca de Oliveira Neves

Almir de Oliveira Neves, nasceu no município de São Mateus, no Espírito Santo, em 28 de junho de 1912, sendo um dos oito filhos de Eugênio dos Santos Neves e de Branca de Oliveira Neves. Casou-se com Diva Rodarte Neves em 1947, com quem teve duas filhas: Tânia Rodarte Neves Alves, nascida em 1949, e Arlete Rodarte Neves, em 1957.

Ingressou no Partido Comunista Brasileiro em 1931 e participou da "Intentona Comunista" em 1935, no Rio de Janeiro. Esteve preso de 1940 a 1945, cumprindo pena no presídio de Ilha Grande, quando saiu beneficiado pela anistia "concedida" por Getúlio Vargas.

A partir de então, até 1975 assumiu a responsabilidade pela organização do setor militar do Partido, tornando-se assim, o militante que mais tempo ficou na clandestinidade. Nesse período viajou para a União Soviética onde fez um curso de um ano e seis meses (1952-1953).

Em 1976, diante das perseguições que vinha sofrendo, é obrigado a exilar-se, primeiro na Itália, depois na França, onde permanece até 1979, quando saiu a anistia para todos os exilados políticos.

De volta ao Brasil, foi eleito para o Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro e lutou, juntamente com outros companheiros, pela legalização do Partido. Em 1982 foi preso em São Paulo, com vários dirigentes do PCB, durante cinco dias. Nessa ocasião teve sua casa vasculhada por policiais em busca de documentos ou de armas que pudesse comprometer-lo.

Participou do processo de mudança política do PCB, apoiando a troca do nome da legenda para Partido Popular Socialista (PPS).

Na época de seu falecimento, em 07 de agosto de 1992, ocupava a presidência da Comissão Nacional de Ética do PPS.

(Fonte: Biografia elaborada por Diva Rodarte Neves, outubro de 1997).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção ALMIR DE OLIVEIRA NEVES contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, panfletos, folhetos e títulos de jornais e revistas), documentos visuais (fotografia).

Os documentos expostos em caixas de transferência, e referem-se ao período mais recente da militância de Almir, no Partido Comunista Brasileiro. Constam do acervo da coleção Deliberações/Resoluções Políticas da Direção Nacional, bem como, documentos versando sobre política agrária, política cultural, política de formação, VII e VIII e IX Congressos do PCB, e do processo de discussão que vai culminar com a troca de nome do partido. Do PPS podem ser encontrados o Manifesto, os Estatutos e o Programa.

Os livros, totalizando 163 títulos, versam sobre História do Brasil, privilegiando o PCB. Os livros sobre o PCUS e vários partidos comunistas, sejam europeus, sejam da América Latina, também destacam-se nesta coleção. É extensa a bibliografia, principalmente de autores russos, sobre classes sociais, economia política, ideologia, marxismo-leninismo, materialismo histórico, socialismo, movimento comunista internacional, Perestroika, entre outros temas.

Instrumento de Pesquisa a disposição de pesquisadores para consulta e reprodução

ANA MARIA BATISTA

Sigla: AMB

Doação: Ana Maria Batista

Documentação: 1971 - 1991 (período abrangido)

Ana Maria Batista militou no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e no Movimento Feminista, fazendo parte da diretoria da Federação das Mulheres do Rio de Janeiro. Doou parte de sua biblioteca e documentos ao Arquivo de Memória Operária em 1994.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção ANA MARIA BATISTA é composta de documentos impressos (livros e títulos de revistas). Os livros estão organizados tomando como referência o nome do autor, e as revistas estão organizadas por ordem alfabética, obedecendo internamente uma ordem cronológica.

A Coleção reúne livros e revistas pertencentes a esta militante. Os livros, em sua maioria, versam sobre o Partido Comunista Brasileiro, o socialismo no mundo, particularmente na América Latina. Destaca-se a bibliografia sobre a luta das mulheres no processo de transformação da social, principalmente em Cuba, El Salvador, Nicarágua. Os documentos, expostos em caixa de transferência, referem-se ao movimento feminista, nacional e internacional, aos partidos políticos, destacando-se os do PCB.

Livros / Revistas Organizados

Documentação organizada. Catálogo em fase de elaboração.

ANTONIETA CAMPOS DA PAZ

Sigla: ACP

Doação: Mariza Campos da Paz

Data da doação: 1994

Documentação: 1947 - 1992 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Antonieta Hampshire Campos da Paz

Data de nascimento: 18 de outubro de 1911

Local de nascimento: São Paulo - SP

Filiação: David Copperfield Hampshire

Alzira Telles Rudge Hampshire

Antonieta Hampshire Campos da Paz nasceu em São Paulo, em 18 de outubro de 1911, filha de David Copperfield Hampshire, inglês, representante comercial, e Alzira Rudge Hampshire, paulista e dona de casa. Era a terceira filha de nove irmãos. Em 1918 a família mudou-se para o Rio de Janeiro e depois para Petrópolis, onde Antonieta completou o curso primário. Adolescente ainda, subia os morros de Petrópolis como catequista e a pobreza das famílias que visitava a fazia pensar no que era possível fazer para mudar esse estado de coisas.

Casou-se em 1932, com Manoel Venâncio Campos da Paz Júnior, médico urologista recém-formado, e foi morar com os sogros. O casal teve três filhos: Manoel Venancio, médico oftalmologista, Mariza, psicanalista, e May, professora. Na casa dos Campos da Paz, onde o casal viveu durante quase vinte anos, as idéias marxistas eram lidas e discutidas. Nessa convivência, ela vai aos poucos encontrando nas idéias socialistas a esperança de um mundo melhor.

Após o movimento de 27 de novembro de 1935, apelidado de "Intentona Comunista", seu sogro - o Dr. Manoel Venancio Campos da Paz, que era um dos dirigentes da Aliança Nacional Libertadora - e seu marido, foram presos. Antonieta se filia então ao Partido Comunista Brasileiro e começa uma intensa campanha de solidariedade aos presos políticos e as suas famílias. Junto com outras mulheres, mimeografa clandestinamente um memorial assinado por 180 intelectuais e militares encarcerados, onde eles denunciavam as arbitrariedades cometidas contra os presos políticos.

Libertados os presos políticos, começou a luta pela anistia. Foi criada a Comissão de Mulheres Pró-Anistia, da qual Antonieta faz parte. Conseguida a anistia, a Comissão se transformou no Comitê de Mulheres Pró-Democracia, embrião do trabalho político de mulheres no Rio de Janeiro.

Com a eclosão da II Guerra Mundial, em 1939, se engaja na Liga de Defesa Nacional, fazendo campanhas em prol dos pracinhas brasileiros. Ao mesmo tempo, segue um curso de "Voluntária Socorrista", uma espécie de enfermagem de emergência.

Com a legalidade do Partido Comunista em 1946, seu sogro, Dr. Manoel Venancio Campos da Paz é eleito vereador e escolhido presidente da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro

Quando foi lançado o Apelo de Paz de Estocolmo, que deveria angariar assinaturas a favor da paz mundial, dedicou-se com grande entusiasmo a essa campanha. Datam dessa

época suas primeiras prisões. Foi presa em Bangu, em Copacabana, em frente ao Itamaraty, segurando uma faixa contra os militares americanos que queriam a participação do Brasil na Guerra da Coréia.

Nessa época, participou ativamente do movimento em defesa do petróleo brasileiro e da soberania nacional. A campanha, que tinha como lema "o petróleo é nosso", acabaria resultando na criação da Petrobrás, em 1954.

Em 1957, Antonieta assume uma nova tarefa junto ao PCB: criar uma página feminina no jornal Imprensa Popular. Ela que até então só havia entrado nas redações de jornais para encaminhar protestos e noticiar atos públicos, de repente ia se tornar uma jornalista. Após um rápido curso na Associação Brasileira de Imprensa, a seção feminina, que era semanal, começou a sair. Logo consegue várias colaboradoras, entre elas: Beatriz Bandeira, Ana Montenegro e Arany Levi. Esse trabalho foi interrompido em 60, com o fechamento do jornal.

Como militante comunista, ajudou a criar várias "Organizações de Base" femininas. O órgão legal que reunia esse trabalho era a Associação Feminina do Distrito Federal, que ela chegou a presidir. Da reunião das várias associações femininas estaduais, surgiu a Federação de Mulheres do Brasil. Essa Federação, de âmbito nacional, foi arbitrariamente fechada pelo Governo Kubitschek, o que não impediu que as organizações estaduais continuassem ativas. A do Rio de Janeiro mudou seu nome para Liga Feminina do Estado da Guanabara e continuou suas atividades até 1964, quando quase todas as integrantes da diretoria tiveram que se exilar ou viver clandestinamente.

O golpe militar de 1964 encontrou Antonieta Campos da Paz na sede da Liga Feminina do Estado da Guanabara, em companhia de Clara Marighella, Ana Montenegro, Zilda Xavier e outras. Temendo a repressão, sua velha conhecida, passou alguns dias fora de casa.

Depois da morte de seu marido em 1968, levada pelo repúdio à ditadura militar e pela admiração que sempre lhe inspirou o companheiro Carlos Marighella, já então expulso do PCB, começou a participar das atividades da Aliança Libertadora Nacional - ALN. Emprestava a casa para reuniões e cursos, abrigava militantes clandestinos, realizava pequenos atos de sabotagem. Era a "guerrilheira" que nascia, inconformada com a atitude cautelosa dos antigos companheiros do Partido Comunista Brasileiro, que não lhes pouparam críticas.

A repressão estava atenta. Em janeiro de 1970, sua casa foi invadida por doze homens armados de metralhadoras, que destruíram e pilharam tudo que puderam. Antonieta não estava em casa no momento e pôr isso não foi presa. Essa violência, indiretamente, foi responsável pela morte de seu filho mais velho, fulminado por enfarte, aos 36 anos de idade.

Mais uma vez, em março de 1972, teve sua casa invadida por policiais que reviraram livros, rasgaram sofá e a levaram presa com destino ignorado. Nessa estada na prisão sofre torturas físicas e psicológicas. Foi acareada com membros da ALN e sofreu ameaças de todo tipo. Depois disso foi julgada e absolvida.

Nada disso fez com que Antonieta perdesse a vontade de lutar por um mundo melhor. A partir de 1975, passa a integrar o Movimento pela Anistia, do qual foi uma das organizadoras. Participou de comícios, panfletagens e colagens de cartazes com o mesmo ardor juvenil que punha em todas as suas tarefas, apesar dos seus sessenta e quatro anos. A partir de 1978, filiou-se ao Movimento Feminino pela Anistia.

Em 1980, após a anistia "concedida" pelo governo Figueiredo, quando os movimentos de anistia se desintegraram, continuou ligada a suas companheiras, tendo constituído o Movimento Feminino pela Anistia e Liberdades Democráticas. Nele participou de manifestações a favor da anistia para o povo uruguaio, contra as ditaduras de Pinochet e Stroessner, a favor de Cuba, da Nicarágua e de El Salvador, contra o apartheid na África do Sul, pela libertação de Nelson Mandela.

Em 11 de junho de 1987 recebeu o título de Cidadã Honorária do Rio de Janeiro, outorgado pela Câmara Municipal, numa iniciativa do vereador Antonio Pereira Filho. Nessa oportunidade, ao agradecer a homenagem e finalizando seu discurso, afirma Antonieta: "eu digo como Amado Nervo, apesar de todas as vicissitudes, apesar de todos os percalços: 'vida, nada me deves, vida, estamos em paz'".

Até seu falecimento, em 18 de junho de 1990, ocupava o cargo de presidente da Federação das Associações em Defesa da Anistia (FADA), onde foi incansável na luta em

favor dos marinheiros punidos após o golpe de 64 e que não foram beneficiados pela lei da Anistia de 1979.

Seu entusiasmo estava sempre a favor da paz do mundo, do progresso do Brasil e da democracia. Assim, participou ativamente do Movimento pelas Eleições Diretas, pela Constituinte, contra a política nuclear (Angra dos Reis), a favor dos índios e dos negros. Mesmo nos anos duros da repressão, nunca deixou de trabalhar na campanha eleitoral dos candidatos democratas e de se manifestar por todos os meios ao seu alcance.

(Fonte: Autobiografia elaborada por Antonieta Campos da Paz).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção ANTONIETA CAMPOS DA PAZ contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, folhetos, panfletos, títulos de jornais e revistas) e documentos audio-visuais (cartazes, fotografias, fitas cassete, fita de vídeo). Também é composta por objetos pertencentes a Zélia Marques Magalhães, recolhidos por Antonieta, logo após seu assassinato pelas forças da repressão. Esse objetos estão sendo tratados por nós, como material museológico.

Retratam ainda sua ligação com o Partido Comunista Brasileiro e posteriormente com a ALN que tinha como grande liderança nacional Carlos Marighella.

No arranjo destacam-se duas grandes séries, com as seguintes entradas: 1. Documentos Pessoais; 2. Atividade Político Partidária. A segunda grande série foi desdobrada, visando recuperar os vários momentos e movimentos em que atuou essa militante, destacando-se as chamadas para: Movimento pela Paz, Movimento Feminista (grande quantidade de biografias/dados biográficos de militantes comunistas e de lideranças sem definição partidária e ideológica), Movimento pela Anistia (em diversos momentos da história do país, particularmente no final da década de 70) e tantos outros. Retratam ainda a atuação de Antonieta junto ao Partido Comunista Brasileiro e posteriormente a ALN, organização dirigida por Carlos Marighella.

Em 1997, sua filha Mariza fez chegar ao AMORJ um outro conjunto de documentos, do Acervo de Antonieta, que estão sendo incorporados à Coleção.

ARMANDO RIBEIRO

Sigla: AR

Doação: ARMANDO RIBEIRO

Data da Doação: 1996

Documentação: 1970 - 1983 (período abrangido)

Dados biográficos do autor:

Armando Ribeiro foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro, participando ativamente das atividades partidárias nos anos 70 e início da década de 80, principalmente na zona sul do Rio de Janeiro, onde teve atuação destacada no movimento comunitário. Foi membro da Direção Municipal do PCB e teve atuação no movimento comunitário.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção ARMANDO RIBEIRO é composta de documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos, panfletos, livros e títulos de revistas e jornais), documentos audiovisuais (fitas cassete e cartazes).

Os documentos da Coleção estão dispostos em caixas de transferência e organizados tomando como referência um arranjo que retrata a atuação de Armando Ribeiro no Partido Comunista Brasileiro, através das funções que ocupa na estrutura partidária. Essa documentação trata de temas e período mais recente da história do PCB (década de 70 e início de 80), contendo documentos do Comitê Central, do Comitê Estadual da Guanabara, Diretório Zona Sul/RJ e do movimento comunitário. Consta ainda quantidade expressiva do Jornal "VOZ DA UNIDADE".

A entrevista com Armando, realizada por pesquisadores e bolsistas do AMORJ, em 1996, busca situar a trajetória pessoal e política do entrevistado, o que possibilitou uma melhor organização dos documentos por ele doados.

Organizada. Instrumento de Pesquisa em fase de elaboração.

CARLSON MAGNO BARBOSA

Sigla: CM

Doação CARLSON MAGNO BARBOSA

Documentação: 1979 – 1992 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Carlson Magano Barbosa trabalha na Petrobrás e foi filiado ao Partido dos Trabalhadores, ocupando cargo no Diretório da 8ª Zona Eleitoral – PTRJ. Pertenceu a diretoria do sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, sendo delegado de base junto ao sindicato.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção CARLSON MAGNO é composta de documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos e recortes de jornais), tendo como origem sua participação político partidária e sindical.

Consta desta Coleção documentos sobre a fundação, os Encontros Nacionais, eleições e vários outros temas referentes ao Partido dos Trabalhadores. Também sobre o PT um dossiê (recortes de jornais), tratando do I Congresso, realizado em 1991. Documentos sobre a CUT, tanto a nível nacional, como a nível do Rio de Janeiro, podem ser encontrados. Ainda sobre o movimento sindical, ou sobre o mundo do trabalho, vários recortes, tratando de greves nas mais diversas categorias de trabalhadores.

Sobre política nacional, destaca-se o material referente ao impeachment do presidente Fernando Collor de Mello.

Em fase final de organização e elaboração de instrumento de pesquisa

ELOIZA FELIZARDO PRESTES

Sigla: EFP

Doação: Anita Leocádia Prestes (sobrinha)

Data da Doação: 1999

Dados Biográficos do Titular:

Eloíza Felizardo Prestes nasceu em 31 de março de 1900, em Niterói, Estado do Rio de Janeiro, filha de D. Leocádia Felizardo Prestes, professora, e de Antonio Pereira Prestes, capitão engenheiro.

De família modesta, muito cedo precisou ganhar a vida. Aos 18 anos, começou a trabalhar no comércio, no Rio. Mais tarde, a partir de 1928, trabalhou no jornal "A Esquerda", do jornalista Pedro Motta Lima, onde exerceu funções de secretária e auxiliar de guarda-livros.

Em 1930, emigrou com a família para a Argentina, onde se encontrava exilado seu irmão Luiz Carlos Prestes. Sem encontrar trabalho, em 1931 partiu com a mãe e as irmãs para URSS, cujo governo convidara Prestes a trabalhar como engenheiro no 1º Plano Quinquenal.

Na União Soviética, apesar de não ser comunista, foi trabalhar como datilógrafa no Departamento Latino-americano do Komintern. Por sua dedicação e eficiência, foi logo promovida a chefe da Secção Técnica do Departamento. Permaneceu na URSS até o fim da 2ª Guerra Mundial.

Regressou ao Brasil em 1945, depois da anistia, filiando-se então ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), onde foi ativa militante. Participou das eleições para vereador, pelo PCB, em 1947, no Rio de Janeiro, então capital da República, tendo sido 2º suplente de vereador.

Com o fechamento do PCB, foi trabalhar como secretária no jornal "O Momento Feminino", militando também nas organizações femininas de esquerda da época. Fechado o jornal, passou a trabalhar na revista "Problemas", do PCB.

A partir de 1956, foi secretária no escritório de advocacia do Dr. Sinval Palmeira, no Rio, onde trabalhou até aposentar-se, em 1968.

Em 1970, foi envolvida no IPM do Comitê Cultural do PCB, junto com o escritor Dias Gomes, o antropólogo Gilberto Velho e muitos outros intelectuais de renome – o célebre IPM dos escritores. Foram todos absolvidos.

Ao 95 anos, levava uma vida bastante ativa. Interessava-se ainda pelos fatos sociais, fazia visitas, tocava piano e lia muito.

Assim se manteve até os 98 anos, quando veio a falecer, no Rio de Janeiro, no dia 03 de maio de 1998.

. Dados fornecidos pela professora Anita Prestes, sobrinha de Eloíza.

GERALDO CÂNDIDO

Sigla: GC

Doação GERALDO CÂNDIDO DA SILVA

Documentação: 1979 – 1996 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Geraldo Cândido da Silva

Data de nascimento: 19 de fevereiro de 1940

Local de nascimento: Pedro Velho – RN

Filiação: Francisco Cândido da Silva

Maria José da Silva

Geraldo Cândido da Silva é filho de Francisco Cândido da Silva agricultor e pequeno comerciante e de Maria José da Silva que cuidava dos afazeres da casa. É um dos 13 filhos dessa grande família de nordestinos. Estudou até o 2o. ano científico, e posteriormente, habilitou-se como torneiro mecânico pelo SENAI.

Em fevereiro de 1959, desembarca no Rio de Janeiro para trabalhar numa firma em Bonsucesso, onde seu tio era empregado. Através de um colega de trabalho, toma contato com o jornal semanário, do PCB, passando a se interessar por política. Depois de três anos, foi demitido depois de ficar afastado da empresa em função de um acidente de trabalho, fato que marcaria sua vida.

Filia-se ao PCB e começa sua militância em 1961, em meio a um panorama político agitado pela renúncia de Jânio Quadros. No ano seguinte, já no seu segundo emprego em uma empresa de lubrificantes, filia-se ao Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Minérios e Combustíveis, quando da greve da categoria.

Participa do grupo de apoio logístico da Ala Vermelha, organização clandestina de esquerda, em 1968. Devido as suas atividades políticas, sempre ligadas à oposição sindical nas empresas onde atuava (em plena ditadura militar), mudou constantemente de emprego. Casou-se em 1972 com Maurina Barbosa da Silva, costureira industrial, com quem participaria de movimentos populares nas associações de moradores do Complexo do Alemão e de Ramos no início dos anos 80.

Ingressou no Metrô do Rio de Janeiro em 1978, ocupando a função de mecânico de manutenção de máquinas. Participou da criação da Associação dos Funcionários do Metrô em 1980, integrando a diretoria no cargo de primeiro secretário. Neste mesmo ano, atua no movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, tanto a nível nacional, como a nível do estado do Rio de Janeiro. Fundado o partido em fevereiro de 1980, Geraldo Cândido é considerado um dos seus fundadores históricos.

Fez parte do primeiro Diretório Nacional (DN) do PT, integrando por três mandatos a direção nacional. Como militante, atuava sempre na base do PT do Rio. Fundou a 22a. zonal e o primeiro núcleo de categoria, o de transportes. Foi também vice-presidente da Direção Estadual, exercendo três cargos de direção, como membro da Executiva nos anos de 1981, 83 e 85.

Em 1981 elege-se primeiro presidente do recém criado Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, que ajudara a fundar, sendo empossado no ano seguinte conseguiu que 96% da categoria se sindicalizasse. Reeleito, cumpriu seu segundo mandato de 1985 a 1987, quando o sindicato comprou sua sede própria e se estruturou administrativamente.

Esteve presente, em 1982, no encontro que reuniria, em São Paulo, cerca de 400 líderes sindicais de todo o Brasil, sendo eleito como um dos 10 representantes do Rio de Janeiro para integrar a II Comissão Nacional Pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT),

que tinha por objetivo organizar o Congresso de fundação da Central. Quando da fundação da entidade, integrava o grupo CUT Pela Base.

Criada a Central, em 28 de agosto de 1983, Geraldo é eleito para fazer parte de sua direção nacional, exercendo cargos até 1988. Uma de suas tarefas era criar/organizar as CUT's estaduais e regionais.

Trabalha intensamente para organizar o I Congresso Estadual das Classes Trabalhadoras do Rio de Janeiro, que se realizaria em abril de 1984, fundando a CUT-RJ. Foi eleito primeiro presidente da central no Rio de Janeiro, sendo reeleito por mais três vezes consecutivas.

Em 1986, apoiado pelo núcleo dos metroviários, foi candidato a deputado federal constituinte pelo PT, fazendo uma campanha com poucos recursos que consegue ser bem aceita pelos sindicalistas. Mesmo não se elegendo, foi o quinto candidato mais votado do partido no Rio de Janeiro. Concorreu novamente a uma vaga no parlamento em 1994, indicado pela convenção do PT para ser o primeiro suplente da então candidata ao senado federal, Benedita da Silva. Em 1999, quando a senadora passa a ocupar o cargo de vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro, Geraldo assume sua vaga no Senado da República. Em 2002 concorre a uma vaga para a Câmara Federal, mas perde a eleição e o cargo de senador.

Tanto no PT quanto na CUT, fez parte da tendência Articulação, da qual sairia, por divergências políticas, em 1989. Atualmente participa do Movimento de Tendência Marxista (MTM), tendência petista, e da Alternativa Sindical Socialista, tendência existente no interior da CUT, onde é secretário de organização da central estadual. Aposentou-se pelo Sindicato dos Metroviários em 1996.

(Fonte: Entrevista concedida ao AMORJ - 1996).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção GERALDO CÂNDIDO contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, periódicos, folhetos, panfletos) e documentos audio-visuais (cartazes, adesivos, cartões-postais, fitas cassete)

Trata-se de uma coleção aberta, constituída de documentos que foram recolhidos ao longo de sua militância político partidária e sindical, destacando-se os períodos em que atuou no Sindicato dos Metroviários, na CUT e no Partidos dos Trabalhadores, ocupando diferentes cargos.

Optamos organizar a documentação tomando como referência um Arranjo misto que pudesse dar conta dos diferentes tipos e conteúdo dos documentos, bem como da trajetória política do doador.

Os documentos estão dispostos em caixas de transferência com chamadas para Documentos Pessoais, Atividade Político Sindical, Central Única dos Trabalhadores, Partido dos Trabalhadores, Outras Entidades. Estas séries estão subdivididas interiormente.

Os documentos elaborados por Geraldo Cândido e pelo seu gabinete quando ocupava o cargo de senador estão arquivados no Fundo PT por se tratar de documentação recolhida por militante petista e destinada ao AMORJ.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

GIOCONDO DIAS

Sigla: Giocondo Dias

Doadora: MARIA CÂNDIDA G. SANTIAGO
(viúva)

Documentação: 1935 - 1987 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Giocondo Gerbase Alves Dias

Data de nascimento: 18 de novembro de 1913

Local de nascimento: Salvador/BA

Giocondo Gerbase Alves Dias, nasceu em Salvador, em 18 de novembro de 1913. Em 1920, como mais velho de 5 irmãos, perde o pai. Começa a trabalhar em 1925 no comércio da cidade para ajudar no sustento da família. Pouco depois entra em contato com Alberto Passos, poeta, membro do PCB e candidato a deputado federal pelo Bloco Operário Camponês. Através desse contato passa a vender o jornal legal e diário "A Nação", publicado no Rio de Janeiro, e adere as idéias marxistas.

Desempregado em consequência de profunda recessão que atingiu o país no bojo da crise de 1929, alista-se como voluntário no Recife, engajando-se no 21o. Batalhão de Caçadores, em março de 1932. Em seguida, participa das tropas legais que enfrentaram a "Revolução Constitucionalista" de julho, em São Paulo.

Com o término desta, é deslocado, juntamente com seu batalhão, para o Rio de Janeiro, depois para o Mato Grosso, em seguida volta para Recife. Vai para o Amazonas, fronteira com a Colômbia, algum tempo depois é mandado para Natal. Nesta cidade em 1935, é convidado para participar da Aliança Nacional Libertadora, passando a recrutar cabos e sargentos para o movimento.

Nessa época entra para o Partido Comunista Brasileiro, e quem dirigia o trabalho do Partido no Batalhão era Quintino Clementino de Barros, único dirigente que tinha contato com a direção nacional.

Em julho de 35, a ANL é colocada na ilegalidade pelo Governo Vargas, com base na Lei de Segurança Nacional. No levante de novembro, Giocondo foi ferido, e com o fracasso do movimento foi preso, fugiu, foi ferido e novamente é preso.

Foi solto em julho de 37 com a "macedada" (medida tomada pelo Ministro J. C. Macedo Soares), juntamente com outros presos políticos acusados de envolvimento no levante de 35.

Libertado da prisão, é condenado à revelia pelo Tribunal de Segurança a 8 anos e seis meses de reclusão. Clandestino, alista como voluntário para combater ao lado das forças republicanas contra o fascismo na Guerra Civil Espanhola. Pôr motivos de saúde é impedido de viajar.

Participa da reorganização do PCB e do movimento patriótico de apoio à Força Expedicionária Brasileira. Anistiado, é eleito para compor o Comitê do PCB na Bahia. Em 1946 elege-se deputado à Assembléia Constituinte baiana e membro do Comitê Central do Partido. Com a cassação do registro do PCB e a perda de seu mandato parlamentar, sai de Salvador e fixa residência na cidade do Rio de Janeiro.

De 1949 a 1957 - entre outras atividades - torna-se responsável pela segurança pessoal do então Secretário Geral do Partido Comunista Brasileiro, Luiz Carlos Prestes. Em

1957 é eleito para compor o Secretariado e a Comissão Executiva do CC do PCB. Em 1958 participa do movimento renovador que dá origem à "Declaração de Março", documento decisivo na reversão das tendências dogmáticas e mecanicistas reveladas no "Manifesto de Agosto" e nas resoluções do IV Congresso.

Com a eclosão do golpe de 1964, vai para a clandestinidade é condenado - novamente à revelia - a 7 anos de prisão pela 1a. Auditoria Militar de São Paulo, no famoso processo das "cadernetas de Prestes". Com a dura repressão imposta pela ditadura aos comunistas, é chamado em 1976 a compor o C/C do PCB no exterior, fato que ocorre pela primeira vez na história do Partido.

Anistiado, retorna ao país em 1979. Nesse período as divergências no interior do Partido se aprofundam e Prestes, em minoria na direção, defendendo uma frente de esquerda e contra a luta pela legalidade, afastou-se do PCB. Em maio de 1980, no auge das divergências, a direção nacional elegeu Giocondo, Secretário Geral, depois de declarar vago o cargo.

Giocondo Dias faleceu em 07 de setembro de 1987, aos 73, como Presidente de Honra do PCB.

(Fonte: Documentos existentes na Coleção).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção GIOCONDO DIAS é composta de documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, folhetos, panfletos, títulos de revistas e jornais) e documentos audio-visuais (fotografias).

Os documentos estão dispostos em caixas de transferência e os livros e revistas em estantes apropriadas para sua acomodação. Retratam um pouco da militância de Giocondo Dias no Partido Comunista Brasileiro.

O arranjo da Coleção tem como base duas séries principais: 1. Documentos Pessoais; 2. Documentos de Participação Político Partidária - PCB. Estas séries estão subdivididas internamente, permitindo uma compreensão melhor do conjunto dos documentos existentes. Além de documentos do PCB, encontra-se material substantivo de Partidos Comunista/ Socialistas de outros países e a coleção quase completa da Revista "Problemas". Destaca-se ainda um dossiê sobre a questão do fascismo, organizado por Giocondo.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

HAMILTON GARCIA

Sigla: HG

Doação HAMILTON GARCIA

Data da Doação: 25.11.95

Documentação: 1968 – 1992 (período abrangido)

Dados Biográficos do Doador:

Nome: Hamilton Garcia

Data de nascimento: 10 de março de 1964

Local de nascimento: Rio de Janeiro/RJ

Hamilton Garcia, iniciou suas atividades políticas no movimento estudantil em 1976, como membro do jornal "Semente" do Ginásio do Colégio São Vicente de Paula, tornando-se em 1977 diretor do mesmo, já como área de influência do PCB. Em 1978 assume a presidência do Grêmio desta escola.

Transferindo-se de colégio ao entrar no 2º grau, fundou o Grêmio do Colégio Hélio Alonso de Botafogo em 79. Em 1980, já como membro do PCB, fundou o jornal do Colégio Bahiense, fato que acarretou sua expulsão e transferência para o Colégio Brasil América, em meados desse ano. No Brasil América foi eleito representante de turma e novamente expulso, juntamente com toda diretoria do Grêmio da escola, a pedido do dono do Colégio Bahiense, de onde viera.

Em 1981, participou da edição de um jornal semi-clandestino no Colégio Rio de Janeiro, se transferindo em 82 para o Colégio São Pedro de Alcântara onde não desenvolve nenhuma atividade política.

Na Universidade, PUC do Rio de Janeiro, faz parte da diretoria do Centro Acadêmico de Economia, de 83 à 85. Transfere-se para o curso de Sociologia e funda o Centro Acadêmico da Sociologia, fazendo parte da diretoria de 86 à 88.

Henrique filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro em maio de 1980, afastando-se de seus quadros em maio de 1989. No período em que militou no PCB, foi Secretário Político do Comitê Secundarista da Capital. Foi Secretário Político do Comitê Universitário e membro da Seção Juvenil do CC, participando de vários congressos estudantis e campanhas eleitorais, inclusive sindicais.

Esta Coleção é composta de documentos reunidos por Hamilton Garcia, Henrique Garcia Lima, Sérgio Rui Barbosa, Flávio Edler, Eduardo Szczeinbrum, quando de suas militâncias no Partido Comunista Brasileiro, cabendo a Hamilton a doação do material ao AMORJ.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção HAMILTON GARCIA, contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (panfletos, folhetos e títulos de revistas e jornais), documentos visuais (cartazes, adesivos) e material museológico (bandeiras, botons).

A Coleção contém documentos produzidos pelas direções do PCB, sobre o PCB e versam sobre Congressos, Conferências e Plenárias do Partido (predomina documentação sobre o 8º). Da Direção Nacional podem ser encontrados documentos sobre formação política, política sindical, política eleitoral/atuação parlamentar. Destaca-se por sua

quantidade e relevância o Dossiê - Movimento Estudantil/Juventude que reúne vasta documentação produzida pelo PCB/RJ, pela UNE, UEE e UBES.

Os documentos estão organizados obedecendo um arranjo que busca mostrar a trajetória pessoal/político partidária do colecionador. Inicialmente o arranjo está dividido em cinco grandes séries: 1. Documentos Pessoais; 2. Documentos da Atividade Partidária - PCB/ Nacional; 3. Documentos do PCB - Rio de Janeiro; 4. Documentos do PCB - Outros Estados; 5. Documentos de Outros Partidos.

A segunda série está subdividida em: congressos-conferências-plenárias; direção nacional/comitê central; política sindical; formação/educação política (textos e programas de cursos); eleições presidenciais (programas de governo, entrevistas, panfletos de candidatos - 1989); atuação parlamentar (discursos, pronunciamentos, entrevistas de parlamentares eleitos pela legenda do PCB), movimento estudantil/juventude comunista (documentos sobre a reconstrução da UNE, UBES, UEE, avaliações da atuação do partido); movimento pela paz (Congresso de Estocolmo, política nuclear do governo brasileiro, etc).

Na terceira, PCB - Rio de Janeiro, podem ser encontrados documentos das direções regional/municipal; diretórios zonais; eleições/atuação parlamentar; eventos; finanças. A quarta, Outros Estados, reúne documentos do e sobre o PCB nos estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e São Paulo. Da quinta série, os poucos documentos referem-se ao PMDB, PT e PPS.

Os periódicos, todos eles produzidos pelo Partido Comunista Brasileiro, seja pela direção nacional, seja pelas direções estaduais, destacando-se São Paulo e Rio de Janeiro. Os documentos da Coleção estão dispostos em caixas de transferência.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

HENRIQUE FERREIRA GAMA

Sigla: HFG

Doação HENRIQUE FERREIRA GAMA

Documentação: 1979-1994 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Henrique Ferreira Gama

Data de nascimento: 13 de janeiro de 1960

Local de nascimento: Rio de Janeiro - RJ

Henrique Ferreira Gama iniciou sua participação política no movimento estudantil, na UERJ, tendo sido coordenador do Centro Acadêmico de Ciências Humanas, de 1980 a 1981.

Aproximou-se inicialmente da organização Convergência Socialista, participando do núcleo da UERJ. Participou, como delegado, do Congresso de Reconstrução da UNE - União Nacional dos Estudantes, em 1979, quando travou contato com o PCdoB. Foi recrutado para o Partido Comunista do Brasil em junho de 1980, sendo alocado no Organismo de Base do Méier, bairro de cuja Associação de Moradores foi um dos fundadores (AMME).

Em 1982 abandonou a Universidade, incentivado pelo Partido, para fazer o curso de Torneiro Mecânico no SENAI, visando tornar-se um ativista sindical junto aos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, foi eleito suplente do Comitê Regional do PCdoB, tornando-se pouco depois, titular da direção partidária.

Como membro do Comitê Regional exerceu a tarefa de organização e construção partidária, integrando a Comissão Regional de Organização. Em 1984, após ser demitido da fábrica onde trabalhava, foi profissionalizado pelo Partido e cursou a Escola Nacional de Quadros do PCdoB, em São Paulo.

Em 1987 foi eleito Secretário Regional de Organização, sendo encarregado de organizar a 3a. e 4a. Conferências Regionais do PCdoB - RJ (1987 e 1989). Na Conferência de 89 foi eleito delegado ao 7o. Congresso Nacional do Partido. Em 1990, por deliberação de uma reunião do Comitê Regional foi transferido da Secretaria de Organização para a Secretaria Regional de Formação.

Na 6ª Conferência Regional (1991), afastou-se do Comitê Regional e, em 1992, foi alocado na assessoria do vereador Edson Santos, na Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro. Em 1994 desligou-se do Partido Comunista Brasileiro, filiando-se ao Partido dos Trabalhadores, em dezembro desse mesmo ano.

(Biografia elaborada por Henrique Ferreira Gama, setembro de 1997).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção HENRIQUE FERREIRA GAMA contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografado), documentos impressos (folhetos, panfletos, títulos de periódicos, livros) e documentos visuais (cartazes, adesivos).

Os documentos colecionados quando de sua militância no Partido Comunista do Brasil, referem-se a Direção Nacional/Comitê Central, 8o. Congresso do PCdoB, ao Movimento Estudantil e ao Movimento Sindical, particularmente Corrente Sindical Classista.

Os livros, a maioria, escritos por Enver Hoxha, analisam o socialismo na Albânia, na URSS e na China. Outras publicações são de João Amazonas e Diógenes de Arruda Câmara.

O arranjo desta Coleção destaca duas grandes Séries: 1. Pessoal; 2. Atividade Político Partidária. No interior da série 2, destacam-se as seguintes sub-séries: 1.1. PCdoB Nacional onde podem ser encontrados Manifestos, Programas, Regimentos, Estatutos, Deliberações Políticas da Direção Nacional/Comitê Central, dos Congresso, da Corrente Sindical Classista.

PCdoB - Rio de Janeiro; 3. PCdoB Outros Estados. Destacam-se os documentos sobre as eleições e instâncias intermediárias do partido.

Títulos de jornais e revistas de vários assuntos destacando-se os periódicos sobre sindicalismo e boletins de sindicatos sob influência do Partido.

HÉRCULES CORRÊA

Sigla: HC

Doador HÉRCULES CORRÊA

Documentação: 1964 – 1989 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Hércules Corrêa dos Reis

Data de nascimento: 16 de dezembro de 1929

Local de nascimento: Cachoeiro de Itapemirim – ES

Filiação: Jorge Corrêa dos Reis

Maria Rosa dos Reis

Em 1941 terminou o curso primário no Grupo Escolar Graça Guardia, no município onde nasceu. Nesse mesmo ano passa a residir na cidade do Rio de Janeiro, onde trabalhou como engraxate, ajudante de cozinha e garçom. Em 1942 começa a trabalhar como tecelão de seda na Fábrica de Tecidos Vitória Régia, no bairro de São Cristovão.

Entre 1947/1948 fez o curso de torneiro de bancada no SENAI. No início dos anos 50 passa a trabalhar como cobrador de ônibus, mantendo-se nessa função até 1953. Nesse período, já filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) desde 1944, frequentou os "Cursos Stalin", promovidos pelo partido no Rio de Janeiro e, entre os anos 53/55 fez o curso de formação partidária na Escola de Quadros do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Neste último ano, como Secretário Sindical do Comitê Metropolitano do PCB, participou como representante do partido, da comissão coordenadora da campanha de Juscelino Kubitschek.

Em 1957 volta a trabalhar como tecelão, agora de juta, na Fábrica de Tecidos São Luiz Durão, no mesmo bairro. Dois anos depois, foi eleito Secretário do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro.

Por ocasião do V Congresso do PCB, setembro de 1960, entrou para o Comitê Central do Partido. Em outubro foi eleito deputado constituinte, pela legenda do PTB, com quase dez mil votos, garantindo uma cadeira na Constituinte do Estado da Guanabara. Integrou a Comissão Constitucional e foi relator do capítulo sobre Economia da Constituição, promulgada em 27 de março de 1961.

Em 1962 integra a direção de várias entidades sindicais: Conferência Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI); Conselho Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) do Estado da Guanabara; Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Em outubro foi eleito, pelo PTB, para a Assembléia Legislativa do Estado da Guanabara, tornando-se 1o. Secretário. Com o golpe militar, teve seu mandato cassado pelo Ato Institucional de número 1, de 10 abril de 1964, passando a viver na clandestinidade. Muda-se para Porto Alegre, onde integrou a Comissão de Organização do Comitê Central do PCB.

Localizado pelo exército em 1966, fugiu para São Paulo, onde integrou uma comissão de reorganização do Comitê Distrital do PCB no bairro do Ipiranga. Foi eleito secretário de organização e ingressou no Comitê Central Municipal do PCB de São Paulo.

Participou da Conferência Estadual do PCB-SP em 1967. Foi indicado como membro de uma comissão interventora no Comitê Estadual de São Paulo, que culminou com a expulsão de Carlos Marighella do Partido Comunista Brasileiro. Por ocasião do VI Congresso, foi eleito membro efetivo do Comitê Central e primeiro suplente da comissão executiva,

cargos que acumulou com sua participação na seção Sindical Nacional do Partido e no secretariado estadual paulista.

A partir de 1971 passa a integrar a Comissão Executiva, sendo deslocado para dirigir o trabalho estudantil do PCB a nível nacional. Em junho de 1974 deixa o país, indo morar em Moscou. No ano seguinte fez o curso "Teoria e Tática", no Instituto de Ciências Sociais, anexo do Comitê Central do PCUS.

Em 1979, como primeiro suplente da Comissão Executiva do PCB, passa a desempenhar as funções de coordenação do trabalho sindical. Em maio, reintegrou-se ao organismo máximo do partido no lugar de Luiz Carlos Prestes. Retorna ao Brasil, beneficiado pela lei da anistia.

Em 1982 candidatou-se à Câmara dos Deputados pelo Estado do Rio de Janeiro, na legenda do PMDB, obtendo apenas a suplência.

É destituído, outubro de 1985, da presidência do Diretório Regional do PCB - RJ, por defender a linha da frente democrática, enquanto os demais membros da direção do partido apoiavam a política de frente de esquerda para as eleições majoritárias municipais. Contudo, continuou na direção do PCB, exercendo o cargo de Secretário Geral.

Em 1986 candidatou-se ao cargo de senador pela legenda do PCB, mas não foi eleito. No governo Moreira Franco, ocupou o cargo de Presidente da Companhia de Transportes Coletivos (CTC).

Em janeiro de 1989, desfilou-se do Partido Comunista Brasileiro.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção HÉRCULES CORRÊA contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, folhetos, títulos de jornais e revistas, panfletos) e documentos visuais (fotografias e cartazes).

Refere-se principalmente à década de 80, e reúne material expressivo sobre o PCB, sobre o CONCLAT de 1983, sobre as transformações ocorridas na Polônia nos últimos anos. Contém ainda artigos e livros escritos por ele e por terceiros, e numerosos recortes de jornais e revistas, que indicam suas preocupações políticas sobre diversos temas: eleições, sindicalismo, saúde, entre outros.

O arranjo da Coleção destaca as seguintes séries: escritos, que contém a produção intelectual de Hércules Corrêa; correspondência, que inclui cartas escritas por ele, por terceiros, por Associações e Entidades, Partidos e Sindicatos e textos sem autoria determinada, arrolados por matérias; congressos, que reúne em dossiês material relativo a congressos; imprensa, que reúne os títulos de jornais e revistas, e vários, que reúne fotografias de Hércules Corrêa e de outros, cartões de apresentação, credenciais etc.

JOÃO ANGELO LABANCA

Sigla: JAL

Doação: FUNART

Data da Doação: dezembro de 1994

Documentação: (período abrangido)
1933-1993

Dados Biográficos do Titular

Nome: João Angelo Labanca

Data de nascimento: 04 de maio de 1913

Local de nascimento: Rio de Janeiro/RJ

Filiação: Biase Labanca

Filomena Jóia Labanca

João Angelo Labanca nasceu no bairro do Catete. Estudou no Colégio Anglo-Americano, onde foi discípulo das irmãs Bernardelli. Bacharel em Direito, advogou no Estado da Guanabara por muitos anos, dedicando-se depois ao teatro, cinema e televisão. Possuía vários outros cursos, entre os quais o de técnico de museus (do Museu Histórico Nacional), além de ser pesquisador e conhecedor profundo da história da cidade do Rio de Janeiro.

Foi um dos pioneiros da produção cinematográfica, empresário teatral, circense e proprietário de cinemas no antigo Distrito Federal. Como artista, suas atividades se desenvolveram tanto no setor empresarial como no de intérprete.

Ao lado de Santa Rosa, Luiza Barreto Leite e Jorge Castro, organizou e fundou o grupo teatral Os Comediantes, que introduziu uma série de inovações ao teatro brasileiro. Trabalhou como assistente de direção junto a Ziembinski, Zigmont, Turkow e Adacto Filho. Participou ainda, da organização e fundação dos grupos Teatro Equipe e Teatro Hoje.

Labanca fez parte de vários elencos profissionais como Companhia Bibi Ferreira, Dulcina-Odilon, Luiza Barreto Leite, Artistas Unidos (com Madame Morineau), Teatro dos Sete e Companhia Raul Roulien, e atuou nas peças Desejo, Mambembe, Massacre, Victor ou as Crianças no Poder, As Criadas, A Pulga Atrás da Orelha, Beijo no Asfalto, Vestido de Noiva, A Mulher do Outro Mundo, A Mulher Sem Pecado, Era uma Vez um Prisioneiro, Festival de Comédias, O Velho Ciumento, O Terrível Capitão do Mato, Memórias de um Sargento de Milícias e Dilema Médico.

Na televisão, onde também foi um dos pioneiros, tomou parte dos programas Câmera Um, de Jacy Campos, e Grande Teatro, de Sérgio Brito. Adaptou várias obras de Nelson Rodrigues para a TV, destacando-se Vestido de Noiva, que mereceu várias adaptações. Atuou na novela Corpo Santo, levada ao ar pela TV Manchete.

No cinema, atuou em dezenas de filmes, como Terra Violenta, Terras do Sem Fim, Selva Mágica, O Grande Assalto, Cara a Cara, Os Carrascos Estão Entre Nós, Esse Homem é Perigoso, As Pequenas Criaturas.

Militante sindicalista, participou de todas as grandes lutas da classe artística. Desde a fundação da Casa dos Artistas, Labanca foi um dos maiores batalhadores da lei que regulamentou a profissão de artista e técnico (Lei nº 6.533, de 1978), sendo também um dos seus divulgadores em palestras e seminários por todo o Brasil.

Para Labanca, participar e apoiar os movimentos populares era uma questão de princípio, tendo em vista que acreditava verdadeira e integralmente no papel do artista junto a sociedade como um todo em busca de um mundo melhor e mais justo. Participou

dos primeiros CONCLAT's, e estava presente no Congresso que criou a Central Única dos Trabalhadores, em agosto de 1983.

Labanca desempenhou papel fundamental na luta contra a censura durante o regime militar. Fazia parte da diretoria do Sindicato de Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio de Janeiro (SATÉD) e era membro do Conselho Superior de Censura, onde representava os artistas e se posicionou sempre contra a atividade censória a textos e espetáculos cênicos.

Constituiu em seu apartamento um arquivo significativo de documentos, recortes de jornais e revistas, cartazes, fotografias e uma biblioteca valiosa sobre os mais variados assuntos, predominando àqueles relacionados às artes cênicas. Gostava de colocar sua rica coleção e sua privilegiada memória a disposição de quem delas fizessem bom uso.

Com seu falecimento, em 07 de março de 1988, sua família como era de seu desejo, doou este rico acervo à antiga FUNDACEN, que após análise e seleção criteriosa, fez com que fosse incorporado aos acervos do CEDOC e do AMORJ - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, e as bibliotecas da Coordenação de Folclore da Funarte, do Museu Histórico Nacional.

(Fonte: "Um Homem Chamado Teatro Resgata a História do Circo no Brasil", Alice Viveiros de Castro; "Morreu Labanca", Assessoria de Comunicação Social da Fundacem; "A Província do Pará", Belém-PA, 23.06.1968; "Jornal do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos do Estado do Rio de Janeiro", Rio de Janeiro, 1988).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção JOÃO ANGELO LABANCA contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, folhetos, panfletos e títulos de jornais e revistas), documentos visuais (cartazes, fotografias).

Os documentos e publicações da Coleção estão dispostos em caixas de transferência e/ou acondicionados de forma a serem preservados. Tratam de assuntos diversos relacionados a vida profissional, político partidária e sindical de Labanca, como era conhecido. Destacam-se os discursos de parlamentares e os projetos de leis e versando sobre trabalhadores, sindicalismo e cultura. São expressivas as publicações do Ministério do Trabalho, da Presidência da República e de outras instituições públicas, tratando dos mesmos temas.

Os Estatutos de várias entidades que podem ser encontrados nesta coleção, estão intimamente ligados a sua vida sindical. Labanca adquiriu estes documentos com a finalidade de estudá-los e dali tirar subsídios para a elaboração dos Estatutos do SATÉD – Sindicato dos Artista dos Rio de Janeiro, onde militou por muitos anos, tendo participação fundamental no processo de reconhecimento profissional da categoria.

A nível da política partidária os documentos versam sobre a Reconstrução do PCB, sobre o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), incluindo-se aí material sobre o período Constituinte (1986-1988). Destacam-se ainda os documentos referentes a Central Única dos Trabalhadores, e recortes de revistas, principalmente estrangeiras, que tratam da questão cultural em outros países.

Os livros, cerca de 220 títulos, em sua maioria literatura (brasileira e estrangeira), estão organizados tomando como referência o nome do autor. Os periódicos, tratam de assuntos como política cultural, nacionalismo, sindicalismo etc.

JOÃO DE DEUS DA SILVA

Sigla: JDS

Doação JOÃO DE DEUS DA SILVA

Documentação: 1971 - 1987 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: João de Deus da Silva

Data de nascimento: 27 de março de 1928

Local de nascimento: Fernão Velho - AL

Filiação: Francisco Romão da Silva

Almerinda Maria da Conceição

Operário metalúrgico e ativista sindical e partidário, João de Deus da Silva, é o 11o. filho de uma extensa família de nordestinos, que migrou várias vezes, antes de ir morar na cidade de Recife em 1942, dois anos depois de ter perdido sua mãe.

Aos 15 anos de idade, em 1943, já participava de passeatas exigindo o rompimento do Brasil com os países do Eixo, sendo que nessa época não sabia de fato o que significava os regimes nazi/fascistas de Hitler e Mussoline. Com o término da guerra participou das manifestações pela Anistia.

Filiou-se ao PCB em 1946, ainda com 17 anos de idade, quando trabalhava na empresa "Cotonifício da Torre", uma fábrica de fiação e tecelagem, exercendo o cargo de ajudante de serralheiro. Com a entrada do Partido na ilegalidade e tendo que refazer sua intervenção no movimento social, como operário sindicalizado e militante partidário, passa a intervir diretamente junto a classe operária através do Sindicato dos Trabalhadores em Fiação e Tecelagem.

Em 1948 é chamado ao serviço militar, servindo do 15o. Regimento de Infantaria na cidade de João Pessoa/PB. Em 1949, retorna a Fábrica da Torre. Com a eclosão de um movimento grevista, e identificado que estava na empresa com o Partido Comunista, é demitido por "justa causa". Trava uma luta na justiça, mesmo estando preso, e consegue reverter essa situação sendo indenizado.

Depois de perambular vários meses nas portas das fábricas, sem conseguir emprego, foi requisitado para trabalhar no Jornal "Folha do Povo", órgão do PCB em Pernambuco, que enfrentava grande crise financeira. Inicia-se uma nova fase em sua vida, além de militante, passava a ser empregado do Partido.

Nesse período, enfrenta grandes dificuldades em termos de sobrevivência. O partido não conseguia pagar em dia os salários de seus funcionários. Sua segunda prisão vai ocorrer em ainda em 49 em função de seu trabalho na Folha do Povo. O Jornal constantemente era alvo da ira policial/militar.

No início dos anos 50 decidiu migrar, desta vez, para São Paulo. Nessa época, já tinha dois filhos (Nadja e Vladimir), o terceiro estava a caminho. Chegando na paulicéia, vai trabalhar nas Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo, em São Caetano do Sul. É informado por dirigentes do Sindicato dos Têxteis, do município onde trabalhava, que companheiros do "Notícias de Hoje", órgão do PCB/SP, estavam a sua procura. Larga o trabalho na empresa e passa trabalhar nesse jornal de 1952 a 1956, como mecânico, saindo por não conseguir sobreviver com o que ganhava, tendo em vista as dificuldades financeiras do jornal.

Em 1957, migra para o Rio de Janeiro, passando a trabalhar na GE, bairro de Maria da Graça, exercendo sua profissão de torneiro-mecânico, onde fazia parte da célula do partido. Em 1961, já sindicalizado e ativista do movimento sindical e militante do PCB, é demitido por liderar uma greve.

Após desenvolver suas atividades profissionais/políticas na GE, sua militância o obrigou a trabalhar em várias empresas do setor metalúrgico. Em 1963 vai trabalhar na FNM - Fábrica Nacional de Motores. Com o golpe militar de 1964, a FNM promove uma devassa em seus quadros, demitindo as lideranças sindicais e os operários que não concordavam com o golpe. João de Deus é demitido e não consegue emprego no Rio de Janeiro, tendo que voltar para São Paulo. Em 1965 retornar ao Rio e passa a atuar de forma intensa no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Em fins de 1968 rompe com o PCB por divergências políticas e passa a integrar os quadros do PCBR, organização que aglutinava comunistas históricos como Mário Alves, Apolônio de Carvalho e tantos outros. Segundo João de Deus o PCBR "conseguia aglutinar os melhores companheiros do meio metalúrgico". Nesse mesmo ano assume a diretoria do departamento jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Em 1969, como diretor do Sindicato dos Metalúrgicos, é preso duas vezes. Da segunda vez é torturado, ficando encarcerado nos porões da ditadura por mais de quatro meses. Em 1972, com o fim do mandato sindical, mais uma vez é preso e torturado barbaramente, ficando bastante tempo incomunicável, no quartel da Rua Barão de Mesquita.

Dois anos depois, João é novamente preso e torturado nos porões da ditadura militar, sem saber onde tinha ficado. Além das torturas físicas, João de Deus fica sem comer por quinze dias.

Depois dessa prisão, fica bastante doente e termina por amputar uma das pernas em 1978, no Hospital do Andaraí. Mesmo nessa condição e aposentado, mantém militância ativa no movimento sindical, integrando o Grêmio dos Veteranos do Sindicato dos Metalúrgicos e participando da vida sindical nos processos de campanha salarial e eleições das diretorias do Sindicato.

Depois do afastamento do PCBR, mantém contato com várias organizações de esquerda, entre elas MR-8, PC do B, e até mesmo com o Partido dos Trabalhadores, sem se filiar a nenhuma delas.

Em 16 de julho de 1993, por iniciativa do Vereador Edson Santos, João recebe o título de Cidadão Honorário e a Medalha Pedro Ernesto, através da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

João de Deus da Silva faleceu em 22 de abril de 1994.

(Fontes: Informações e dados biográficos em Entrevista concedida a Maria Candida Rodrigues Gonçalves)

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção JOÃO DE DEUS DA SILVA contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos, panfletos, livros e títulos de jornais e revistas) e documentos audio-visuais (fitas cassete).

Os documentos, sua maior parte, referentes à década de 70, revelam a militância de João de Deus, mesmo depois de aposentado. Tratam de temas como Eleições Sindicais, Movimento de Oposição Metalúrgica do Rio de Janeiro, Central Única dos Trabalhadores, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro. Os periódicos, principalmente os recortes (grande imprensa), mostram sua preocupação com política, tanto a nível nacional, como a nível internacional. O arranjo foi elaborado de forma que seja possível recuperar a trajetória política do militante.

Destaca-se neste Acervo a Coleção quase completa do Jornal "Tribuna da Luta Operária", publicado entre 1979-1986.

Em fase final de organização e elaboração de instrumento de pesquisa

LEÔNCIO BASBAUM

Sigla: LB

Doação: Luiz Elias Sanches

Documentação: 1945 - 1962 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Leônicio Basbaum

Data de nascimento: 06 de novembro de 1907

Local de nascimento: Recife – PE

Filiação: Isaac Basbaum

Clara Basbaum

Leônicio Basbaum era o sexto dos onze filhos do casal Isaac e Clara Basbaum, imigrantes judeus da Bessárabia, atual Moldávia, que chegaram ao Brasil no início do século, indo morar na capital de Pernambuco.

Em Recife, começa a trabalhar na joalheria e oficina de ourives de seu pai. Já em 1918, com apenas 11 anos, participaria da passeata de comemoração do fim da 1a. Guerra Mundial.

Após concluir seus estudos preparatórios em 1924, Basbaum veio para o Rio de Janeiro, ingressando posteriormente na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Nesta época escreveu alguns contos e artigos para a revista Número.

Estando em Recife no início de 1925, conhece Souza Barros, e mais tarde, por intermédios deste, o professor Cristiano Cordeiro, entrando em contato com o comunismo e tomando conhecimento da existência do Partido Comunista Brasileiro.

Ainda em 25, no Rio de Janeiro, é apresentado por Souza Barros a Astrogildo Pereira, João da Costa Pimenta, Otávio Brandão e mais tarde a Paulo de Lacerda, com quem passaria a ter contatos freqüentes. Num destes encontros recebeu de Astrogildo as obras ABC do Comunismo de Bukharin e Agrarismo e Industrialismo de Otávio Brandão.

No início de 1926, passa a trabalhar como revisor na Gazeta de Notícias. Neste período conhece Abelardo Nogueira, membro do PCB e amigo de Brandão, participando com estes das comemorações do 1o. de maio, e filiando-se ao PCB.

Em 1926, integra a 1a. Diretoria da recém-fundada União dos Trabalhadores Gráficos (UTG). No fim deste ano deixa a Gazeta de Notícias dedicando-se ao seu curso de medicina.

Em 1927 vai para Recife e por indicação de Astrogildo Pereira começa a organizar a Juventude Comunista na região, mantendo contatos com Cristiano Cordeiro e José Francisco, com quem fundaria o 1o. Comitê Regional da futura Juventude Comunista (JC). Dois meses depois, vai para Salvador com o mesmo objetivo.

De volta ao Rio de Janeiro, em abril de 27, é convidado por Astrogildo Pereira para comparecer a uma reunião da Comissão Central Executiva (CCE) do PCB, na qual apresenta um relatório de suas atividades no Nordeste. Após esta reunião, passaria a integrar a CCE e seria encarregado de organizar a juventude do partido a nível nacional.

Em 1o. de agosto de 1927, na sede da União dos Trabalhadores Gráficos seria fundada a Juventude Comunista Brasileira (JCB), sendo Basbaum escolhido para Secretário-Geral, e responsável pela edição do jornal O Jovem Proletário. Nesse período, apoiaria as decisões e gestões do partido no sentido de uma aproximação com Luiz Carlos Prestes, fato que provocaria uma cisão no interior da JC.

Leôncio Basbaum sofre a sua primeira prisão no início de 1928, ficando oito dias detido. Neste ano é escolhido para participar como representante brasileiro da JC no V Congresso do KIM, além de integrar a delegação do PCB, ao lado de Paulo Lacerda e Morales, que se dirigiam ao IV Congresso da Internacional Comunista.

Permaneceu em Moscou durante três meses e ao voltar ao Brasil trabalhou nas candidaturas de Minervino de Oliveira e Otávio Brandão para a Câmara Municipal. A seguir, trabalhou na organização do III Congresso do PCB e no I Congresso da Juventude Comunista. No III Congresso Basbaum seria eleito para o Comitê Central do Partido, sem deixar a Juventude Comunista.

Com a viagem de Astrogildo Pereira para Moscou em 1929, o cargo de Secretário-Geral, a princípio ocupado por Cristiano Cordeiro, passa para Paulo de Lacerda. Neste período Basbaum, como membro do Secretariado Político, passa a ocupar a Secretaria-Geral, e ocuparia ainda a Secretaria de Agitação e Propaganda.

Tendo sido escolhido para liderar a delegação do PCB na 1a. Conferência Latino-Americana dos PC's, que se realizou em Buenos Aires, em junho de 1929, foi encarregado de após a Conferência, entrar em contato com Prestes para, em nome do partido, propor-lhe a candidatura a presidência da república pelo PCB, nas eleições de 30, convite que Prestes recusaria.

De volta ao Rio, Basbaum, revendo sua posição anterior, critica a possível aliança com Prestes durante uma reunião do CC, tendo sido sua posição mal aceita.

A partir de 1930, com a implementação da política de proletarização do PCB, Basbaum seria afastado do Secretariado Político. Em função disso é enviado a São Paulo a serviço do "Comitê Militar Revolucionário", além de trabalhar na candidatura de Minervino de Oliveira à presidência da república.

Mais tarde, parte para a Bahia, sendo preso após o movimento da Aliança Liberal. Em janeiro de 1931, após ser libertado, volta ao Rio de Janeiro, sendo informado de sua expulsão do CC, juntamente com Astrogildo Pereira e Paulo de Lacerda.

Nesta época irá trabalhar na Editora Guanabara como tradutor e pouco depois na Livraria Freitas Bastos. No partido passa a trabalhar na organização do 1o. de maio de 1931, sendo novamente preso, depois enviado para o sul e depois deportado para o Uruguai.

Ao chegar em Montevideú, participou de uma reunião do Secretariado Sul-Americano, tecendo críticas a política de proletarização. Nessa oportunidade, entraria em contato com Augustin Guralski e Harry Berger, líderes da IC na América Latina.

Após ter participado, em novembro de 1931, da organização da Conferência Regional do PCB e da Conferência Sindical, foi escolhido, em janeiro de 32, Secretário-Geral do CR paulista. Em maio desse ano, com o afastamento de Paulo de Lacerda do Secretariado, Basbaum passaria a integrar o Secretariado Político, assumindo a Secretaria de Agitação e Propaganda.

Em maio de 1932, durante as grandes greves deflagradas em São Paulo, Leôncio Basbaum, juntamente com outros líderes do partido e sindicalistas, é preso. Em julho é transferido para o Rio, indo para a Ilha Grande, sendo libertado no mês de dezembro.

Em janeiro de 1933 é designado pela IC para organizar "O Comitê de Luta Contra a Guerra". Em fevereiro, é criticado em uma reunião do CC, acusado de "pequeno-burguês". Em função disso afasta-se do partido, mantendo sua posição crítica em relação à política obreirista.

Vai para Recife e logo depois para Maceió onde iria ocupar o cargo de gerente das "Lojas Brasileiras", de propriedade de seus irmãos. Nesta cidade dedica-se a escrever o seu livro A Caminho da Revolução Operário Camponesa, publicado com o pseudônimo de Augusto Machado.

No ano de 1934, participará, como membro da diretoria, da Liga Anti-Fascista, o que vai lhe custar nova prisão. Ao ser solto é transferido para a filial das Lojas Brasileiras em Salvador, sabendo pouco depois de sua expulsão do PCB.

Estando afastado do partido, não participaria do movimento de 35. Em 1936 o CC reconhece a irregularidade de sua expulsão, e Basbaum volta a atuar no PCB, ficando responsável pelo CR da Bahia, onde permanece até 1939. Retorna ao Rio de Janeiro, onde escreveria o livro Introdução ao Estudo da Filosofia.

Em 1940 seria novamente preso em função de sua militância. Em 1942 passa a trabalhar na reorganização do PCB, cooperando na formação da "Comissão Nacional de

Organização Provisória (CNOP). Apesar de sua militância não é convidado a participar da "Conferência da Mantiqueira".

No início de 1944, trabalha na organização de uma editora para o PCB, que recebe o nome de "Vitória". Neste mesmo ano, é publicada a edição brasileira de seu livro Fundamentos del Materialismo, publicado em 1943 na Argentina.

No ano de 1945 foi encarregado de alojar Luiz Carlos Prestes em sua casa, com a finalidade de protegê-lo. Deixa a direção da editora Vitória, passando a trabalhar na Comissão Nacional de Finanças do partido, além de organizar grupos de assistência a militantes estrangeiros no Brasil.

Em 1946, trabalharia na organização da Conferência Nacional do PCB, embora não participe desta. Em 1947, com a decretação da ilegalidade do partido, a Comissão de Finanças seria dissolvida, ficando Basbaum sem tarefas. Mais tarde é procurado pelo Comitê Nacional para articular um órgão com as mesmas características do extinto Socorro Vermelho, que se chamaria "Associação Brasileira de Assistência Social (ABAS), sendo escolhido seu Secretário-Geral. Em função desse trabalho é preso, e negando-se a retratar-se perante a direção da empresa, demite-se das Lojas Brasileiras.

Em 1948, muda-se para São Paulo, e nesta cidade adquire uma pequena fábrica de brinquedos, dedicando-se à administração desta.

No ano de 1950 elogia o rompimento com a "política de cooperação" do partido, apoiando o Manifesto de Agosto e a "Frente Popular de Libertação Nacional". No ano de 1952 se afastaria gradativamente do PCB.

Em 1954, Leôncio Basbaum criticaria as diretrizes do IV Congresso do PCB. Neste mesmo ano, vende sua fábrica aos irmãos, passando a trabalhar como propagandista do laboratório Moura Brasil, sendo transferido para o Nordeste.

Em 1957, trabalhou na revista Novos Tempos que publicou o primeiro volume de seu livro História Sincera da República. No ano seguinte se matricula no Instituto Superior de Estudos Brasileiro (ISEB), publica o segundo volume de sua obra, e afasta-se definitivamente do PCB.

No ano de 1959, parte para o Uruguai e depois para a Argentina. De volta ao Brasil em 1960, trabalha na Editora Autores Reunidos, e publica o livro Caminhos Brasileiros do Desenvolvimento.

No final de 60 tenta criar uma organização política capaz de substituir o PCB, com um pequeno grupo de ex-membros e simpatizantes. Esse projeto seria interrompido com o recebimento de um convite para visitar a Iugoslávia.

De volta ao Brasil, funda sua própria editora Agência Literária (Edaglit), publicando entre outras obras seu livro No Estranho País dos Iugoslavos, e em 1962, o terceiro volume da História Sincera da República.

No início de 62 funda o Movimento Unitário do Povo Brasileiro (MUPB), sendo eleito presidente da organização, que duraria pouco tempo, e que lhe custaria a acusação pelo PCB de divisionista.

No início de 1964 publicaria o seu livro O Processo Evolutivo da História, antes do fechamento de sua editora pelo governo militar.

Em maio de 1965, embarca para a Europa, retornando em 66. Em 1967 viaja pela América Latina, seguindo para o México e logo em seguida para os EUA, sendo convidado pelo Prof. Ellison para ministrar uma palestra sobre o Brasil na Universidade de Austin.

Retornando ao Brasil, seria convidado por alguns amigos do partido a reingressar no PCB, não aceitando o convite. Em 1968, publicaria o quarto volume da História Sincera da República.

No dia 17 de março de 1969, aos 61 anos de idade, Leôncio Basbaum faleceu em São Paulo, deixando incompleta sua auto-biografia Uma Vida em Seis Tempos.

(Fonte: Partido Comunista Brasileiro - Caminhos da Revolução (1929-1935). Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1995).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção LEÔNICIO BASBAUM contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), que estão dispostos em caixa de transferência.

Reúne dezenove cópias de cartas, sendo que dezessete escritas por Leôncio, e enviadas a Direção Nacional/Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, ou a membros da Direção como Astrogildo Pereira e Diógenes de Arruda. Outras encaminhadas a Direção Regional/SP. Uma das cartas, escrita por Prestes, em resposta a Leôncio Basbaum, datada de 06 de fevereiro de 1946.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

LEÔNIDAS CARDOSO JÚNIOR

Sigla: LC

Doação LEÔNIDAS CARDOSO JÚNIOR

Documentação: 1980 – 1996 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Leônidas Cardoso Júnior

Data de nascimento: 05 de novembro de 1956

Local de nascimento: Londrina - PR

Leônidas é o primeiro dos seis filhos de uma família que emigrou para o Paraná em busca de terras para trabalhar. Pouco depois do nascimento de Leônidas seus pais vieram para o Rio de Janeiro e ele foi morar com umas tias na cidade de Estância, interior de Sergipe, só voltando a conviver com sua família aos sete anos de idade.

Quando Leônidas chega ao Rio seu pai trabalhava na VASP e sua mãe cuidava da casa e dos outros irmãos, dois homens e três mulheres.

Leônidas concluiu o primário na Escola Nicarágua e pouco depois, aos doze anos, foi trabalhar como ajudante de serralheiro em uma serralheria perto de sua casa, em Realengo. Um ano depois foi trabalhar em um estúdio fotográfico, de propriedade de seu tio Epaminondas Carneiro de Lima, como auxiliar de fotografo.

Nesse período entra em contato com outro tio, também fotografo, que era filiado ao Partido Comunista Brasileiro, e militava na célula do Ministério da Saúde. É através desse tio que toma gosto pela leitura.

Por solicitação de seu pai, é levado para Brasília, também por familiar, com pouco mais de quinze anos. Lá trabalha como garçon, copeiro e vendedor em uma loja de discos. De Brasília é levado para Manaus pelo proprietário da Construtora Brasiliense, que era empreiteira da Construtora Adolfo Lindiberg. Na capital amazonense vai trabalhar na construção do Tropical Hotel, como apontador de obra. É nesse emprego que tem a carteira profissional assinada pela primeira vez.

Já em meados dos anos 70, retorna ao Rio de Janeiro, e começa a trabalhar na CETENCO ENGENHARIA, na obra do Metrô. Leônidas trabalhou também na ESUSA, REPLAN e WROBEL HILF, como apontador de obra. Nesta última empresa ficou por quase treze anos e segundo ele a Wrobel foi o grande "guarda-chuva" da oposição sindical da construção civil.

Durante este período, juntamente com outros companheiros, fundou o movimento dos operários da construção civil, que fazia oposição a direção do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, que efetivamente não trabalhava em benefício da categoria. Em 1986 concorre a eleição para presidente da entidade, apoiado pela CUT - Central Única dos Trabalhadores e pela Pastoral do Trabalhador, pois nesse momento tinha relações bastante estreitas com o trabalho desenvolvido pela Igreja. Esse trabalho da oposição dura quase quinze anos. Em 1996, Leônidas entra para o Sindicato, como assessor político.

A nível político partidário Leônidas milita no MDB, por volta de 79, depois no recém criado Partido dos Trabalhadores, na Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro onde entra em contato com militantes do PDT - Partido Democrático Trabalhista. Em 1993, com sua saída da Wrobel, passa a trabalhar no gabinete do vereador Fernando William do PDT, ocupando um cargo comissionado.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção LEÔNIDAS CARDOSO JÚNIOR está disposta em caixas de transferência, e contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos, títulos de jornais e revistas, boletins, livros, panfletos), e documentos visuais (cartazes, adesivos e fotografias).

Reúne expressivo material sobre os Trabalhadores da Construção Civil, Partidos Políticos, Central Única dos Trabalhadores, Saúde do Trabalhador, Organizações de Esquerda, entre outros temas. Destaca-se expressivo material sobre a vida política e sindical do país, inclusive da América Latina, e a problemática do mundo do trabalho, no campo e na cidade, governo e ação da Igreja Católica.

Destaca-se um dossiê sobre a CLAT (Central Latinoamericana de Trabalhadores) e outro sobre o Projeto IPROS (Instituto de Promoção Social), 1982.

Do levantamento efetuado pudemos identificar uma grande diversidade de documentos, seja por tipos, seja por seus conteúdos. Predominam as correspondências, atos e documentos normativos, acordos, estatutos, regimentos internos, ordens de serviço, atas de reuniões e assembleias, tabelas de salários, cópias ou originais de documentos pessoais, cartas-abertas, cartas-denúncia, planos de ação e projetos de pesquisa e/ou de trabalho.

A Coleção continua se ampliando graças ao interesse do doador que continua colaborando com o AMORJ.

Em fase final de organização e de elaboração de instrumento de pesquisa

LUIZ BRANCO DO VALLE

Sigla: LBV

Doação: Luiz Branco do Valle

Documentação: 1981 – 1997 (período abrangido)

Quando estudante de química na Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre os anos 1982-1987, Luiz Branco do Valle, militou no Movimento Estudantil, participando da Direção do Centro Acadêmico da Escola de Química e do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ. Ao mesmo tempo militava no movimento comunitário, concorrendo a eleição para Associação de Moradores e Amigos do Flamengo – FLAMA.

Em 1991 fez concurso para PETROBRÁS e logo em seguida passou a desenvolver suas atividades profissionais na Refinaria Duque de Caxias – REDUC. Teve papel de destaque na Comissão Interna de Prevenção de Acidente – CIPA, fazendo um trabalho que visava preservar a integridade física, a saúde e a vida dos trabalhadores da Refinaria.

Como forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, os companheiros o indicaram para compor uma chapa para Diretoria do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Destilação e Refinação de Petróleo – SINDPETRO - Duque de Caxias, que foi vitoriosa.

Durante este período participou das campanhas salariais e acordos coletivos como representante sindicato.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção LUIZ BRANCO DO VALLE reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos, panfletos, cartilhas, boletins, títulos de jornais e revistas) e documentos visuais (cartazes, adesivos etc).

Os documentos estão dispostos em caixas de transferência, e são relativos ao movimento dos estudantes universitários, predominando os documentos sobre o movimento na UFRJ (DCE e CA's).

São significativos os documentos da e sobre a UNE - União Nacional dos Estudantes, destacando-se àqueles relativos aos congressos e eleições, inclusive das diversas chapas que concorreram a direção da entidade,

São significativos os documentos do e sobre o movimento sindical, destacando-se em quantidade aqueles referentes ao SINDPETRO-Duque de Caxias e a Federação Única dos Petroleiros.

Consta vasta documentação produzida pela Petrobrás, REDUC, Petros, SONTAPE e CIEP.

Em fase final de organização e elaboração do Instrumento de Pesquisa

MARCOS JAIMOVICH

Sigla: MJ

Doação MARCOS JAIMOVICH

Documentação: 1987 - 1992 (período abrangido)

Marcos Jaimovich é desenhista e na década de 40 participou do Movimento Estudantil, no Rio de Janeiro, como estudante da Escola Nacional de Belas Artes. Em 1942 filiou-se ao PCB - Partido Comunista Brasileiro, apoiando a política de unidade nacional contra o nazi-fascismo. Foi dirigente do Partido, ocupando vários cargos no Comitê Central.

Hoje, filiado ao PPS - Partido Popular Socialista, trabalha com o arquiteto Oscar Niemeyer.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção MARCOS JAIMOVICH, doada por ele mesmo, é composta de documentos visuais (fitas de vídeo), datados de período mais recente da história do PCB. Esse material retrata a preocupação do partido com a formação política de seus militantes e, trata ainda, das eleições presidenciais (1989), das mudanças ocorridas no leste europeu, do 8o. Congresso do PCB, e de questões específicas como programas do partido apresentados na Televisão (horário gratuito) em 1988.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

MARCUS MIRANDA

Sigla: MM

Doação: Marcus Miranda

Data da Doação: novembro de 1995

Documentação: 1981-1991 (período abrangido)

Marcus Miranda foi membro Partido Comunista Brasileiro, participou da Direção Regional do Partido, como representante da 3ª Zona Eleitoral. Em 1991, era suplente do Comitê Municipal do PCB/RJ e membro da Direção Estadual do Partido.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção MARCUS MIRANDA, reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, títulos de jornais e revistas, panfletos, folhetos, etc), documentos audio-visuais (fita de vídeo, cartazes).

Os documentos da Direção Nacional tratam de questões referentes ao 8º Congresso do PCB, da Campanha da Legalidade, da realização da CONCLAT (resoluções e propostas). A nível do Rio de Janeiro, os documentos tratam das deliberações das Conferências realizadas, da política sindical do partido junto ao Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, e relatórios financeiros, inclusive de campanhas de finanças.

A organização dos documentos obedece arranjo que procura retratar atuação político partidária de Marcus Miranda no Partido Comunista Brasileiro.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

MOISÉS VINHAS

Sigla: MV

Doador: LIA VINHAS (sobrinha)

Documentação: 1963 – 1990 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Moisés Vinhas

Data de nascimento: 1915

Local de nascimento: Romênia

Moisés Vinhas imigrou para o Brasil - Pernambuco. Aproximou-se do Partido através da Juventude Comunista, nos anos 30, passando a ter intensa atividade partidária. Participou dos acontecimentos de 1935 - a "Intentona Comunista". Em 1946, foi eleito para o Comitê Central do PCB, numa Conferência Nacional, realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Participou dos IV, V, VI e VII Congressos do Partido. Teve papel de relevância na chamada "frente ideológica", escrevendo artigos para jornais e publicando trabalhos em revistas como "Brasiliense" e "Estudos Sociais".

Escreveu vários livros, tendo "Operários e Camponeses na Revolução Brasileira", alcançado a 3a. edição em 1964. "Estudos sobre o Proletariado Brasileiro", um trabalho pioneiro sobre classes sociais no Brasil, e "O Partidão 1922 - 1974", respectivamente publicados em 1970, 1982, são obras significativas na vida de Vinhas.

Foi afastado do Partido Comunista Brasileiro em 1983 por divergir da direção, ao "pugnar pela renovação política e organizativa do Partido". Moisés Vinhas faleceu em 1991.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção MOISÉS VINHAS contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos audiovisuais (fotografias e fitas cassete), documentos impressos (recortes de jornais) e estão dispostos em caixa de transferência.

Parte dos documentos da Coleção estão relacionados com a produção intelectual/acadêmica de Moisés Vinhas, que vinha desenvolvendo pesquisa, financiada pelo CNPq. Essa pesquisa, em andamento, tinha como objetivo o registro de suas memórias, especialmente àquelas referentes a sua atuação política, e foi interrompida em função de seu falecimento.

Os documentos estão organizados de forma a retratar esse período da vida, e as atividades desenvolvidas por Moisés Vinhas.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

MUNIZ FERREIRA

Sigla: MF
Doação: MUNIZ GONÇALVES FERREIRA
Data da Doação: novembro de 1995
Documentação: 1981 – 1991 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Data de nascimento: 02 de fevereiro de 1964
Local de nascimento: Rio de Janeiro-RJ

Muniz Ferreira militou nos movimentos secundarista, universitário e de solidariedade internacional.

Em 1985 foi eleito para a direção do Diretório Acadêmico de História da Universidade Federal Fluminense, passando a integrar o Diretório Central dos Estudantes da mesma universidade no 1985-1986.

Participou do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da África do Sul e Namíbia e de Solidariedade Internacional ao Povo Nicaraguense, no ano de 1987. Neste período estabeleceu contatos e manteve correspondência com membros de partidos comunistas e organizações de esquerda de diversos países.

A nível da militância político partidária ocupou o cargo de Secretário Político do Setor Estudantil do Partido Comunista Brasileiro – PCB entre os anos 1984-1986. Foi membro do Diretório Municipal do PCB, em Niterói nos anos 1985 e 1986.

Distanciou-se da militância partidária em 1992.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção MUNIZ FERREIRA, reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (títulos de jornais e revistas, panfletos e folhetos), dispostos em caixas box, abrangendo o período 1981-1991.

Os documentos produzidos pelo PCB, ou sobre o partido, em período recente, tratam da Política Sindical, da Campanha da Legalidade, dos 8º e 9º Congressos. Encontram-se ainda, deliberações políticas da Direção Nacional sobre Política Eleitoral/Eleições, Política de Alianças etc. Destacam-se os documentos sobre a atuação dos comunista no Rio de Janeiro e os periódicos. A documentação está organizada buscando mostrar a trajetória política de Muniz Ferreira.

Organizada
Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

SILVIO TAVARES

Sigla: ST

Doação: LÍDIA MICHELA SEGE

Data da Doação: 1996

Documentação: 1971 – 1994 (período abrangido)

A Coleção Silvio Tavares foi doada pela Professora Lídia Michela Sege, em 1996, e está organizada tendo como referência o arranjo "Coleções Particulares", elaborado pela equipe de pesquisadores/bolsistas que trabalham no AMORJ. Os documentos abrangem o período 1971/1994 e estão relacionados com as atividades intelectuais/acadêmicas do Prof. Silvio Tavares, professor do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção SILVIO TAVARES é composta de documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos, títulos de livros e periódicos). Os documentos estão dispostos em caixas box.

A documentação trata dos avanços tecnológicos mais recentes e das respostas dadas a questão pelo sindicalismo, tanto a nível nacional, como a nível internacional. Podem ser encontrados, ainda, documentos que tratam de Acordos Coletivos e Negociações Trabalhistas, do Trabalho Feminino e Infantil.

Os livros, quase todos datados das décadas de 70, 80 e 90, versando basicamente sobre o mundo do trabalho e o mundo do capital, em seus mais diversos aspectos.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

SÓCRATES GONÇALVES

Sigla: SG

Doação: Hernán A Mamoni e
Ana Therezinha M. R. de Souza

Data da Doação: 1998

Documentação: 1908 – 1989 (período abrangido)

Dados Biográficos do Titular:

Nome: Sócrates Gonçalves da Silva

Data da nascimento: 07 de fevereiro de 1908

Local de nascimento: São Jerônimo – RS

Filiação: Abilio Gonçalves da Silva

Almerinda Saraiva da Fonseca

Sócrates Gonçalves da Silva cursou a Escola Militar de Realengo no distrito federal, saindo aspirante em outubro de 1930. Já em 1935, era capitão, e servia na Escola de Aviação Militar (EAM), no Campos dos Afonsos.

Na Escola de Aviação travou contato com Agliberto Vieira de Azevedo, iniciando a leitura de obras marxistas, entre as quais *Lo Stato Operario* do PC italiano, e ingressou no Partido Comunista Brasileiro.

Trabalhando numa das cédulas do Partido dentro da EAM, se torna um dos responsáveis pela edição do jornal *Asas Vermelhas*, sendo contrário à perspectiva de um levante armado.

Juntamente com os capitães Agliberto de Azevedo e Benedito de Carvalho e os tenentes Ivã Ribeiro e Dinarco Reis, participou da reunião realizada na EAM, durante a qual foi definida a estratégia da insurreição, sendo o único a posicionar-se contra a deflagração do movimento. Acaba por aderir ao levante, e juntamente com aqueles companheiros invade a Escola de Aviação Militar, na madrugada de 27 de novembro de 1935.

Sócrates Gonçalves, tinha como tarefa definida pelo PCB, a tomada da Companhia Operária, do grupo de Artilharia de Montanha e do 1º Regimento de Aviação. Com o ataque dos legalista, é ferido, e mesmo assim tenta municiar os aviões, fracassando entretanto. Conseguiu escapar, indo convalescer em uma fazenda fora do Rio de Janeiro.

Em seguida vai para o Paraguai, onde consegue asilo político. Logo depois, é sequestrado pela polícia brasileira, que o leva para o Rio de Janeiro, onde fica preso, juntamente com Luiz Carlos Prestes e Ghioldi, na Ilha Grande. Depois transferido para Fernando de Noronha.

Sua patente militar é cassada pelo decreto nº 558 de 31 de dezembro de 1935. Pelo Decreto nº 98.333 de 24 de outubro de 1989 é anistiado e promovido ao posto de Coronel e incluído na reserva remunerada, com proventos do posto de Major Brigadeiro.

Anistiado, pertenceu aos militares do PCB. Sócrates Gonçalves faleceu no dia 19 de março de 1996.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção SÓCRATES GONÇALVES, contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, revistas, panfletos), documentos visuais (cartões postais, fotografias, medalhas, etc), e os documentos estão dispostos em caixas de transferência.

A grande maioria dos documentos tratam da vida pessoal e profissional de Sócrates Gonçalves, incluindo correspondências, cartões postais, cartas patente. Os documentos textuais retratam sua luta em busca da anistia e de sua reintegração aos quadros da Ministério da Aeronáutica. As medalhas fazem parte das condecorações recebidas no período em que era militar.

TIBOR SULIK

Sigla: TS

Doação TIBOR SULIK

Documentação: 1964 - 1994 (período abrangido)

Dados biográficos do titular:

Nome: Tibor Sulik

Data de nascimento: 27 de abril de 1927

Local de nascimento: Hungria

Filiação: João Sulik e Maria Galianova

Tibor Sulik veio para o Brasil ainda muito pequeno, em 1929, em companhia de seus pais e de seus irmãos. Chegando aqui, após rápida passagem pela Ilha das Flores, a família Sulik foi morar em uma Colônia Agrícola no estado de Minas Gerais, onde nasceu a filha mais nova do casal.

Tempos depois foram morar em Santa Bárbara de Mato Adentro, ainda no Estado de Minas Gerais. Em função das dificuldades, tendo em vista que a cidade não reunia condições mínimas, mudaram-se para São Paulo, Capital, passando a residir no bairro da Móoca, onde Tibor começa a estudar em uma escola hungara-brasileira, que foi extinta por ordem do Governo Vargas, por volta de 1936.

Conclui o primário no Grupo Escolar Paes de Barros - Móoca. Por desejo do pai, faz o secundário na Escola Técnica Piratininga, formando-se em técnico de máquinas operatrizes.

Inicia sua vida profissional em uma oficina mecânica no bairro do Braz-SP. Logo em seguida filia-se ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que na época (1946/47), tinha como presidente Remo Forli.

É também por essa época que entra em contato com a ação social da Igreja Católica, através do livro "Ação Católica e Jocismo". A leitura do livro faz com que Tibor procure um contato mais direto com a Igreja através do pároco da Igreja Nossa Senhora da Penha, que o encaminha para a Federação Jocista da Diocese de São Paulo, onde é recebido pelo presidente da entidade que o orienta a desenvolver o trabalho da JOC na Penha, bairro onde residia.

Era presidente da Ação Católica de São Paulo, em 1949, André Franco Montoro, que também era membro do Partido Democrata Cristão, com quem Tibor vai trabalhar no Ministério do Trabalho, anos depois.

Em 1950, uma greve reunindo metalúrgicos, marceneiros, tipógrafos e trabalhadores nas indústrias de fiação e tecelagem, alastra-se pelo Estado de São Paulo. Tibor, que a essa época trabalhava na empresa Antonio Bennotti, e participava ativamente do movimento grevista, é eleito para compor a Comissão de Comando da Greve.

Após o término do movimento paredista, que durou 27 dias, Tibor Sulik escreve relato da greve que foi publicado pela organização ECONOMIA E HUMANISMO, de origem francesa iniciada pelo dominicano Padre Joseh Lebret.

Em 1953, vem para o Rio de Janeiro e é eleito presidente nacional da JOC - Juventude Operária Católica. Nesse mesmo ano elege-se membro do Secretariado Latino-americano de Ação Católica, como representante do Brasil.

Logo depois, em 1957, disputa a presidência da JOC Mundial com o canadense Romeu Maione, que ganha a eleição, e Tibor é eleito para o Conselho Internacional da JOC, representando a América Latina. Neste cargo viaja por quase todos os países da Europa.

Em 1959, juntamente com outros jocistas, organiza o Centro de Educação e Cultura Popular - CECO, sendo o seu primeiro presidente. Nesta entidade desenvolve intenso trabalho de formação/conscientização, promovendo vários Seminários de Política Social, inclusive com a participação da OIT - Organização Internacional do Trabalho.

Em fins de 1961, assume a presidência da CTOS - Comissão Técnica de Orientação Sindical, cargo de confiança no Ministério do Trabalho, a convite de Franco Montoro, que nesta época era Ministro do Governo João Goulart.

Em 1962, filia-se ao PDC, passando a fazer parte do Diretório Regional do Partido. Quando o PDC foi fechado em 1966, tinha como presidente no Rio de Janeiro, o também jocista Joaquim Arnaldo, que foi candidato a presidente do Sindicato dos Metalúrgicos/RJ. Pouco antes de filiar-se ao PDC, em 62, foi eleito Secretário da Ação Católica Operária, cargo que ocupou até 1966. Como Secretário Geral da ACO, também fazia parte da MOAC - Movimento Operário de Ação Católica.

Em 1966, em Roma, é criado o Movimento Mundial dos Trabalhadores Cristãos - MMTC, que tinha como objetivo unificar todos os movimentos de trabalhadores cristão de expressão no mundo. A assembléia de fundação do MMTC, reuniu representantes de cerca de 60 países, e elegeu Tibor o primeiro presidente da organização que tinha sede na Bélgica. Ele fica no cargo até 1970 quando é substituído por um chileno, José Aguilhera Belmar.

Ainda em 66 vai trabalhar na Caritas, que era presidida por um bispo responsável pela Ação Social da CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. Além de tratar da organização jurídica da Caritas, desenvolveu trabalho de formação de sindicatos, junto a categorias ligadas a Igreja, como por exemplo, os trabalhadores da Santa Casa de Misericórdia. Ainda hoje (1997), é tesoureiro da Caritas/RJ.

Em 1969, uma semana depois do nascimento de seu primeiro e único filho, Tibor Sulik é preso dentro da Caritas pelos órgãos de repressão do regime militar. Fica dez dias preso entre o Batalhão da Rua Barão de Mesquita e uma unidade do exército em Belo Horizonte, onde corria um processo contra a JOC. Não foi torturado fisicamente, mas bastante pressionado psicologicamente. Foi solto por interferência de várias entidades ligadas a Igreja, inclusive por interferência da Nunciatura Apostólica e do Vaticano.

No momento em que foi preso, estava licenciado (sem vencimentos), do Ministério do Trabalho. Sua prisão também vai lhe custar a criação no MT de uma Comissão de Sindicância, que passa a investigar sua vida.

Em 1968, a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil criou a Comissão de Justiça e Paz, e Tibor é nomeado membro, permanecendo até hoje com atuação marcante.

Em 1972, foi eleito presidente do SEP - Serviço de Educação Popular, organização que tinha com base territorial latino-americana, e sede em Caracas. Desenvolve extensa atividade de formação/conscientização, presidindo a entidade até 1988. Foi um dos organizadores do Conselho Nacional de Leigos (1976), sendo nomeado em 1990, pelo Vaticano, membro do Conselho Pontifício para Leigos.

Em 1973, a pedido de D. Eugênio de Araújo Cardeal Salles, iniciou a Pastoral do Trabalhador do Rio de Janeiro, passando a integrar a Comissão Pastoral.

Em 1978, a convite de D. Eugênio Salles, vai trabalhar na Arquidiocese do Rio de Janeiro, no Secretariado de Pastoral. Tibor tinha conhecido D. Eugênio, em 1954, por ocasião de uma Semana de Estudos da JOC, realizada em Natal-RN.

Em 92 é eleito membro da Comissão Latino-americana dos Direitos e Liberdades dos Trabalhadores, comissionado para a América do Sul. Neste mesmo ano foi nomeado pelo Papa, membro do Pontifício Conselho de Justiça e Paz, para um período de cinco anos.

Em 1994 se aposenta, como funcionário do Ministério do Trabalho e continua desenvolvendo, até hoje, suas atividades/militância na Diocese do Rio de Janeiro, onde concedeu entrevista ao Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, contando um pouco de sua história.

(Fonte: Biografia elaborada por Maria Candida Rodrigues Gonçalves a partir de dados obtidos na entrevista de Tibor Sulik concedida ao AMORJ em 1997).

Descrição dos documentos:

A Coleção TIBOR SULIK reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos, panfletos, livros e títulos de jornais e revistas) e documentos audiovisuais (cartazes, fotografias e fitas cassete), que estão dispostos em caixas de transferência e/ou acondicionados em pastas. O arranjo foi pensado visando organizar os documentos de modo que possamos resgatar a trajetória de vida do Tibor, tanto no nível pessoal, como no nível profissional, e reconstituir um pouco da história das instituições/organizações onde atuou com determinação.

O vasto material desta Coleção refere-se a entidades, organizações e instituições da sociedade civil no Brasil, na América Latina e em outros países da Europa, vinculadas à Igreja Católica. Destaca-se a documentação referente ao SEP (Serviço de Educação Popular Latinoamericano), o IPROS (Instituto de Promoção Social), a AEC (Associação de Educação Católica), a CLAT (Central Latinoamericana de Trabajadores), a Vicaria de Pastoral Obrera do Chile, Venezuela e Equador, a Comissão Brasileira de Justiça e Paz, a ACO (Ação Católica Operária), o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação).

Contém ainda dossiês sobre o "Colóquio Iglesia y Movimientos de los Trabajadores - UTAL, 1982, sobre a Constituinte no Brasil (1988), sobre o Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), e um dossiê sobre Dom Helder Câmara (Arcebispo Católico), contendo registros de palestras, cartas e ação pastoral. Também figuram dossiês representativos da vida profissional e do trabalho realizado por Tibor Sulik na JOC (Juventude Operária Católica).

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

ULISSES LOPES

Sigla: UL

Doação ULISSES LOPES

Documentação: 1955 – 1964 (período abrangido)

Ulisses Lopes foi liderança metalúrgica, e integrou a Diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Filiado ao PCB, participou ativamente de inúmeras atividades e eventos da categoria no período 1955-1964, tendo resgatado parte do acervo doado ao AMORJ da sede do Sindicato, quando de sua ocupação pela polícia militar, por ocasião do Golpe Militar de 1964.

Descrição dos documentos:

A Coleção ULISSES LOPES contém 08 documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) e 229 documentos visuais (216 fotografias, 02 cartões postais e 11 flâmulas), todos relacionados com sua participação no movimento sindical, particularmente, no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro.

Os documentos, em sua grande maioria fotografias foram catalogados obedecendo a ordem estabelecida pelo doador, que agrupou-os em duas partes: a) documentos relacionados a eventos e atividades no Sindicato dos Metalúrgicos, a membros da Diretoria e a associados; b) documentos relacionados a Congressos e Conferências da categoria, e estão organizados em ordem cronológica.

Dispostos em 07 pastas, os cartões postais, as flâmulas e as fotografias, foram legendadas por Ulisses Lopes, que acrescenta datas, nomes e preciosas informações sobre pessoas e eventos, entre outros dados, que possibilitam analisar sua atuação nesse período.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

COLEÇÕES ORIGINÁRIAS DE PESQUISAS ACADÊMICAS

* BAIRRO FÁBRICA – BF

* COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL – CSN

* ESCOLA DE LÍDERES OPERÁRIOS – ELO

* FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES – FNM

* INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL
DO RIO DE JANEIRO – CNRJ

* NO CALOR DO FOGO – CF

* SECRETÁRIA: UMA AMBIGUIDADE EM
FEITIO DE PROFISSÃO - SAFP

“BAIRRO FÁBRICA”

Sigla: BF

Doação: FRANCISCA L. N. DE AZEVEDO

A Coleção “BAIRRO FÁBRICA” reúne o material utilizado pelos professores Francisca L. N. de Azevedo, David Pereira Moraes e Lincoln de Abreu Penna, para o projeto “O Bairro e a Fábrica - um estudo do bairro de Laranjeiras (1880 - 1940)”, e resultou na publicação “Aliança, uma história para o bairro de Laranjeiras”, 1990, mimeo.

O projeto, implantado em 1987, teve como ponto de partida o desejo da Associação de Moradores e Amigos de Laranjeiras (AMAL) de escrever a história do bairro. Foi subdividido em dois tópicos: o primeiro abordou o estudo da Fábrica Aliança e o segundo foi dedicado à história do bairro de Laranjeiras.

O período estudado vai de 1880, época da fundação da Fábrica, até 1940, quando a Fábrica foi vendida, privilegiando a primeira fase do processo de industrialização, 1880 a 1914.

A Coleção está disposta em caixa de transferência, e contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados). Constam várias entrevistas transcritas com ex-operários da Fábrica e moradores do bairro, o texto final produzido ao término do projeto (mimeo), anotações e fac-símeles de documentos pesquisados no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, no Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro e no Arquivo do IHSOB.

Documentos organizados pela pesquisadora

COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL

Sigla: CSN

Doador: REGINA LÚCIA DE MORAES MOREL

Documentação: 1940 - 1990 (período abrangido)

A Coleção COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL reúne rico material utilizado pela professora Regina Morel para a realização de sua tese de doutorado - "A Ferro e Fogo - Construção e Crise da "Família Siderúrgica": o caso de Volta Redonda (1941-1968)".

A Coleção está disposta em 23 caixas de transferência, e contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, folhetos, títulos de jornais e revistas) e documentos audiovisuais (fotografias e fitas cassete).

É composta por documentos da empresa, boletins de serviço (resoluções e relatórios anuais da diretoria, período 1940-1988), da Escola Técnica "Pandia Calogeras", dos Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (atas de 1959 a 1971, e jornais do sindicato), e ainda de inúmeras entrevistas realizadas com sindicalistas, ex-alunos da Escola Técnica, ex-operários e moradores de Volta Redonda, por títulos de revistas e jornais da imprensa local (VR), recortes de jornais (grande imprensa), legislação e anotações da pesquisadora.

Documentos organizados pela pesquisadora

ESCOLA DE LÍDERES OPERÁRIAS

Sigla: ELO

Doação: reprodução (xerox) pelo AMORJ

A Escola de Líderes Operários (ELO), foi constituída em 1957 pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em colaboração com a Confederação Nacional dos Círculos Operários. A principal finalidade da ELO era dar aos trabalhadores conhecimentos e práticos com o objetivo de habilitá-los à liderança social e democrática, principalmente sindical.

A Escola manteve cursos regulares em dois níveis: cursos populares de preparação trabalhista e curso de formação de líderes operários. Além dos cursos, a ELO promoveu debates, mesas redondas, seminários, congressos, semanas de estudos, no Rio de Janeiro e em outros estados, contando para isso com a colaboração de outras instituições e universidades.

Os documentos desta coleção são resultado de pesquisa realizada por Fátima Tavares dos Santos e complementada por Elaine Maciel.

A Coleção ESCOLA DE LÍDERES OPERÁRIOS está disposta em caixas de transferência e é composta de documentos reproduzidos pelo AMORJ, cedidos pela ELO. A coleção contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (títulos de revistas, folhetos, apostilas e convites).

Reúne expressivo material sobre os cursos oferecidos pela entidade: apostilas, registros de alunos, relatórios, programas das atividades do Movimento de Orientação Sindical, métodos e técnicas aplicadas na ELO, entre outros.

Documentos organizados pela pesquisadora

FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES

Sigla: FNM

Doação: JOSÉ RICARDO RAMALHO

Documentação: 1983 - 1985 (período abrangido)

A Coleção FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES reúne expressivo material produzido pelo professor José Ricardo Ramalho para a pesquisa "Estado - Patrão e Luta Operária - Fábrica Nacional de Motores, sua tese de Doutorado.

Contém documentos audiovisuais (50 fitas cassete), com entrevistas realizadas com trabalhadores e dirigentes da Fábrica Nacional de Motores.

Organizada pelo pesquisador

INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NAVAL DO RIO DE JANEIRO

Sigla: CNRJ

Doação: ELINA GONÇALVES FONTE PESSANHA

Documentação: 1981 – 1985 (período abrangido)

A Coleção INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO NAVAL DO RIO DE JANEIRO é composta de expressivo material reunido e/ou produzido pela professora Elina Pessanha para a pesquisa "Vida Operária e Política: os Trabalhadores da Construção Naval de Niterói", sua tese de Doutorado.

A Coleção esta disposta em caixas de transferência, e contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (recortes de jornais e título de 1 revista) e documentos audiovisuais (21 fitas cassete).

As entrevistas gravadas e transcritas, foram realizadas com lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de Niterói e Itaboraí e com metalúrgicos dos estaleiros localizados no município de Niterói.

Documentos organizados pela pesquisadora

“NO CALOR DO FOGO”

Sigla: CF

Doação: LOURDES PAIS CANOSA

Os documentos da Coleção “NO CALOR DO FOGO” – TRAJETÓRIA DE UMA USINA SIDERÚRGICA PAULISTA, são resultado de uma pesquisa realizada com operários e ex-operários da fábrica, tendo como objetivo a elaboração da Dissertação da Tese (Mestrado em Ciências Sociais) da aluna LOURDES PAIS CANOSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, defendida em 1991.

A Coleção está disposta em caixas de transferência, e reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados). As entrevistas foram realizadas através de questionários que estão arquivados no AMORJ.

Documentos organizados pela pesquisadora

SECRETÁRIA: UMA AMBIGÜIDADE EM FEITIO DE PROFISSÃO

Sigla: PS
Doação BILA SORJ

A Coleção SECRETÁRIA: UMA AMBIGÜIDADE EM FEITIO DE PROFISSÃO reúne material utilizado pelas pesquisadoras Amarillys Schvinger, Danda Prado e Jaqueline Castro para realização de pesquisa no âmbito do III Congresso de pesquisa sobre a Mulher, financiada pela Fundação Carlos Chagas.

A Coleção está disposta em caixas de transferência, e contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, folhetos, títulos de revistas e boletins) e documentos audiovisuais (fitas cassete).

É composta de questionários, entrevistas gravadas e transcritas realizadas com secretárias. Relatórios de pesquisas, prospectos relativos ao IV Encontro de Secretárias Executivas do Rio de Janeiro, também fazem parte do acervo desta Coleção.

Organizada pela pesquisadora

COLEÇÕES INSTITUCIONAIS

- * ARCHIVO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO
BRASILIANO – ASMOB
- * BANCÁRIOS PERSEGUIDOS PELA DITADURA
E A LUTA PELA ANISTIA – BPDLA
- * CENTRAL AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES – CAT
- * CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES – CGT
 - * COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA – CGB
 - * FORÇA SINDICAL – FS
 - * MOVIMENTO ESTUDANTIL – ME
 - * NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL – NUPES
 - * ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA – OE
- * PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL – Pcdob
- * PARTIDO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO – PDT
- * PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES
UNIFICADO – PSTU
 - * PASTORAL DO TRABALHADOR – PAST
- * RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA
BRASILEIRO - RPCB

ARCHIVO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO

Sigla: ASMOB

Aquisição por Compra: UFRJ

Data da Aquisição: maio de 1992

Documentação: 1902 - 1980 (período abrangido)

O ASMOB - Arquivo Histórico do Movimento Operário Brasileiro, nasceu em Milão/Itália, no final de 1977, por iniciativa de militantes e estudiosos italianos e brasileiros com o objetivo de recolher e divulgar documentos, livros e periódicos, testemunhos escritos, visivos e orais sobre a história do movimento operário brasileiro, e também todo o material latino-americano ou europeu que diretamente contribuíram para o seu desenvolvimento. A obra de recuperação e organização das fontes da história social brasileira golpeada longamente pela repressão, é um problema grave que historiadores, políticos e estudiosos estão enfrentando. O ASMOB, pretende contribuir com este esforço, trabalhando em harmonia com todas as instituições brasileiras, privadas ou não, empenhadas na solução deste problema.

O Arquivo segundo o seu estatuto, artigo 3º, é uma instituição aberta, cuja atividade deverá ser conduzida com critérios exclusivamente científicos e com plena autonomia orientação, usando as disciplinas históricas, das doutrinas políticas e das ciências sociais e econômicas objetivando o estudo da história do movimento operário social que existe na Europa Ocidental.

Os Fundos Principais

Os fundos principais que pertencem ao Arquivo são:

- Arquivo Astrogildo Pereira
- Arquivo Roberto Morena
- Arquivo José Medina Filho
- Arquivo P.C.B. (1922 - 198-)
- Arquivo da Luta Armada no Brasil (1968-1972)
- Arquivo Exílio Brasileiro (1964-1979)

No total o ASMOB conta com 3.000 volumes, 1.300 títulos de jornais, milhares de documentos, cartas, biografias, 120 horas gravadas, 100.000 páginas microfilmadas e 25.000 fichas por autor, por período e por assunto.

O recolhimento deste material se deveu ao interesse pessoas/militantes políticos, entre os quais a Família Morena, Werneck Sodré, Jorge Amado, Oscar Niemeyer, Paulo Cavalcanti, Família Sacchetta, Heitor Ferreira Lima, Edgar Carone, Muniz Bandeira, etc e a pesquisa em centenas de bibliotecas públicas e privadas, no Brasil e no exterior.

Descrição/Organização dos documentos:

A riquíssima Coleção ASMOB, existente no Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro - AMORJ, foi adquirida pela UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, junto ao Archivio Del Movimento Operaio Brasileiro, da Fundação Giangiacomo Feltrinelli, de Milão, está em parte descrita nos catálogos 82-83, elaborados por José Luiz Del Roio, diretor do ASMOB.

Constam do acervo desta Coleção os Arquivos Privados de Astrogildo Pereira e Roberto Morena. O de Astrogildo Pereira - documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) e documentos impressos (folhetos), está disposto em 11 rolos de 16 mm e 1 rolo de 35 mm; o de Roberto Morena - documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) e documentos impressos (folhetos), disposto em 18 rolos de 16 mm, ainda não processados.

O Acervo totaliza 133 rolos, sendo 80 rolos de 16 mm e 53 rolos de 35 mm, totalizando 98.789 fotografamas.

Organizada

BANCÁRIOS PERSEGUIDOS PELA DITADURA E A LUTA PELA ANISTIA

Sigla: BPDLA

Doação: DEPARTAMENTO DOS APOSENTADOS
DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS - RJ

Data da Doação: 1999

CENTRAL AUTÔNOMA DOS TRABALHADORES

Sigla: CAT

Doação: PAOLA CAPPELIN

Documentação: 1995 – 1999

Funda em dezembro de 1995, a Central Autônoma dos Trabalhadores - CAT, é resultado de um trabalho desenvolvido, desde 1984, pela Coordenação Autônoma dos Trabalhadores.

O I Congresso da Coordenação Autônoma e das Organizações Independentes do Movimento de Trabalhadores do Brasil, foi realizado em Brasília, entre os dias 05 e 08 de dezembro de 1995 e foi um marco na construção da Central, que nasceu representando 711 entidades rurais e urbanas, de diversos segmentos sociais.

Neste congresso foram aprovados os seguintes documentos da CAT: Declaração de Princípios e Valores; Programa de Ação pelas Reivindicações Sociais; Política e Estratégia; Estatuto Social.

A Central Autônoma dos Trabalhadores – CAT é filiada a Central Latino Americana de Trabalhadores – CLAT e a Confederação Mundial do Trabalho.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção CENTRAL AUTÔNOMA DE TRABALHADORES está disposta em caixa de transferência, e contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) e documentos impressos (folhetos, panfletos), visuais (cartazes).

Os documentos existentes na Coleção tratam da fundação da entidade, da Plenária Nacional realizada em 1998 e de outros eventos realizados durante este período, destacando-se o material produzido pelo seminário "A Nova Reforma da Previdência Social".

CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES

Sigla: CGT

Produzida: AMORJ (doações de sindicalistas)

Documentação: 1986 - 1993 (período abrangido)

A Central Geral dos Trabalhadores - Seção Rio de Janeiro, foi criada em 1986 no I Congresso Estadual da Central. Participaram deste congresso 419 delegados, representando 75 entidades sindicais do Estado do Rio de Janeiro.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES está disposta em caixa de transferência, e contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados) e documentos impressos (folhetos, panfletos), visuais (cartazes).

Os documentos, em pequena quantidade, tratam basicamente dos encontros da CGT no Rio de Janeiro e de algumas campanhas específicas desenvolvidas pela entidade.

Organizada e em fase final de elaboração de instrumento de pesquisa

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Sigla: CUT

Produzido pelo AMORJ

Documentação: 1981-2002

A Central Única dos Trabalhadores foi fundada em 28 de agosto de 1983, último dia do Congresso Nacional da Classe Trabalhadora - I CONCLAT, realizado em São Bernardo do Campo/SP, nos dias 26, 27 e 28 de agosto.

Antecederam sua criação a I Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - CONCLAT, realizada entre os dias 21 e 23 de agosto de 1981, em Praia Grande, Santos/SP. Foi precedida de numerosos Encontros Estaduais da Classe Trabalhadora (ENCLAT's), destinados a apresentar propostas e eleger delegados para a CONCLAT.

O I CONCLAT reuniu grande número de Confederações e Federações ao lado de Associações Pré-Sindicais, Associações de Funcionários Públicos e Sindicatos, indicando a presença de representações de várias facções do sindicalismo brasileiro. Estiveram presentes 5.036 delegados e 1.091 entidades.

Nessa 1ª CONCLAT foi decidida a formação de uma Comissão Nacional Pró-CUT, com a incumbência de dar andamento às resoluções aprovadas na Conferência e preparar a realização do 1o. Congresso Nacional da Classe Trabalhadora no ano seguinte. As divergências internas eram bastante claras no interior da CONCLAT e da Comissão Pró-CUT. Duas tendências principais se cristalizaram: uma, mais a esquerda, reunindo dirigentes sindicais "bloco combativo", tendo a frente o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo. A segunda, "moderada", reunia sindicalistas da tendência "unidade sindical", que juntava dirigentes de sindicatos, federações e confederações importantes, além de sindicalistas dos dois partidos comunistas (PCB e PCdoB) e do MR-8.

Diante de divergências que foram se aprofundando no interior do movimento sindical, o Congresso marcado para 1982 foi adiado. Um dos pontos importantes da divergência era a idéia de deflagração de uma greve geral a fim de forçar o governo militar a atender um conjunto de reivindicações a ser apresentado ao Presidente da República em outubro de 1982. Os sindicalistas identificados com a corrente Unidade Sindical opunham-se à tentativa de greve geral e à convocação do CONCLAT, que deveria criar a CUT.

Com o adiamento do CONCLAT de 82, o bloco que viria a formar a CUT convocou para agosto de 1983 a realização do I CONCLAT que, como se esperava, decidiu pela criação de uma Central Única de Trabalhadores. Uma coordenação nacional foi eleita com mandato de um ano, até a realização de um novo Congresso, no ano de 84, que seria o primeiro da nova central. A tendência oposta manteve o nome de CONCLAT, tendo realizado o seu congresso em outubro de 1983. Posteriormente, em março de 1986, essa tendência decidiu pela formação da CGT - Central Geral dos Trabalhadores, consagrando, dessa forma, a divisão no meio sindical e fazendo com que a CUT não fosse a única central existente no país.

O Congresso que criou a CUT, em agosto de 1983, não contou com a participação dos sindicalistas vinculados a "unidade sindical". As resoluções aprovadas neste Congresso, em seu artigo 39 das disposições transitórias e finais, dispôs sobre a aprovação dos Estatutos da CUT, sobre o mandato de um (1) ano para a Direção eleita, sobre a realização de Congressos e Plenárias Regionais e Estaduais até 15 de março de 1984. Tratou da Plenária Nacional do mesmo ano, e da convocação/organização do I CONCLAT, a ser realizado em agosto de 1984, com a eleição de nova direção.

O Estatuto provisório da nova Central tinha como base três pontos considerados fundamentais: autonomia e liberdade sindicais; organização por ramo de atividade produtiva; organização por local de trabalho.

O Plano de Lutas aprovado no I CONCURTO misturava demandas de caráter trabalhista com outras de reforma social mais radical. Entre as primeiras estão o salário desemprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução salarial, direito de sindicalização dos funcionários públicos, estabilidade no emprego, eliminação das horas extras, criação de comissões de trabalhadores por locais de trabalho, etc.

Entre as segundas destacam-se: "reforma agrária radical, ampla, massiva, imediata e sob o controle dos trabalhadores rurais, a partir da demarcação do uso coletivo da terra"; ocupação imediata das terras dos grileiros, das terras do Estado, dos latifúndios improdutivos ou não, coletivização das grandes empresas capitalistas nacionais e internacionais". A greve geral aparece entronizada como instrumento básico de luta dos trabalhadores.

A direção nacional da recém formada entidade ficou encarregada de encaminhar ao Governo Federal um conjunto de exigências solicitando a retirada do decreto lei n. 2.045, então em vigor, o fim da política econômica do governo, o rompimento dos acordos com o FMI, a liberdade e autonomia sindicais, a liberdade de organização política, a reforma agrária sob controle dos trabalhadores, o não pagamento da dívida externa, o fim da Lei de Segurança Nacional, o fim do regime militar e um governo controlado pelos trabalhadores, eleições diretas para Presidente da República e contra a intervenção nos Sindicatos.

Apesar de todas as dificuldades iniciais a Central Única dos Trabalhadores foi conquistando uma participação cada vez maior da classe trabalhadora e um papel crescente na política nacional. Detaca-se sua atuação nas greves gerais, na Câmara Setorial do setor automotivo, e em movimentos políticos mais amplos, tais como: Diretas JÁ, Constituinte, Fora Collor, etc.

Descrição/Organização dos documentos:

A coleção CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, títulos de jornais e revistas, panfletos, folhetos, etc), documentos audio-visuais (fotografias, cartazes, adesivos, fitas cassete e de vídeo).

O acervo contém documentos relativos à fundação da CUT, em 1983, à Conferência (1981) que antecedeu sua criação. Destacam-se neste Fundo, o material da imprensa da Central, bem como os documentos relativos aos diversos Congressos Nacionais e Estaduais, as Direções Nacionais e Estaduais, e àqueles de tendências, que resgatam, de alguma forma, o processo de discussão, bem como a distribuição do poder nas direções da Central.

Trata-se de um Fundo aberto, produzido pelo AMORJ a partir de levantamentos realizados junto à CUT Nacional e à CUT-RJ, com a colaboração de militantes sindicais, dos quais podemos citar, como doador expressivo o Sr. Leônidas Cardoso Júnior, sindicalista do movimento de oposição da Construção Civil.

O arranjo deste Fundo procura retratar a estrutura e as funções da CUT. Para sua elaboração foi necessário reconstruir a trajetória da Central, desde sua fundação até 1995. Os textos de Leôncio Martins Rodrigues e de Iram Jacome Rodrigues, entre outros, e inúmeros documentos do próprio Fundo foram utilizados. A leitura dos documentos e dos textos foram de fundamental importância na etapa preliminar de elaboração do arranjo.

Optamos pela utilização de um método de arranjo misto, estrutural e funcional. Estrutural, na medida em que se destacam as especificidades dos níveis nacional e regionais, e funcional, porque pretende recuperar a dinâmica de atuação da CUT através de suas mais variadas funções.

Os documentos estão dispostos em caixas de transferência e organizados em três grandes séries: 1. CUT - Nacional; 2. CUT - Rio de Janeiro; CUT - Outros Estados. Todas as séries estão subdivididas internamente, obedecendo as seguintes entradas: direções (nacional e regionais), congressos, encontros, plenárias, campanhas (salariais e eleitorais), tendências e relações internacionais, apenas para a série CUT - Nacional. No interior das sub-séries os documentos estão ordenados por critérios cronológicos.

O tratamento inicial do Fundo da CUT, a partir da elaboração do arranjo, nos permitiu identificar as lacunas na documentação. Pretendemos o seu preenchimento e a permanente atualização do Acervo, esforço para o qual tem se voltado a equipe do AMORJ.

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

ENTIDADES SINDICAIS

Sigla: ES

Produção: AMORJ (doações de sindicalistas)

Documentação: - 1995 (período abrangido)

A coleção ENTIDADES SINDICAIS DO RIO DE JANEIRO que foi produzido e está sendo atualizado pela equipe que trabalha no AMORJ a partir de doações de sindicalista e/ou de Diretoria de Sindicatos, contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos audiovisuais (fotografias, cartazes e fitas cassete e de vídeo) e documentos impressos (livros, panfletos, folhetos e títulos de jornais e revistas), documentos audiovisuais (fotografias, cartazes, adesivos).

O acervo desta Coleção constam documentos relativos à fundação de cada entidade, destacando-se os estatutos e as cópias da carta sindical. Destacam-se ainda, material de divulgação dos Sindicatos, Federações, Confederações e Associações Profissionais, de diversas eleições sindicais, e de Congressos, como por exemplo: jornais, revistas, panfletos, folhetos e livros.

Mediante acordo firmado com o AMORJ - Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Desenhistas, dos Médicos, dos Ferroviários da Central do Brasil, dos Bancários, dos Metalúrgicos, dos Aeronautas e Aeroviários do Rio de Janeiro, vem doando regularmente duplicatas de material de interesse permanente. Esse intercâmbio, garante que estes sindicatos sejam melhor cobertos pela documentação existente em nosso Arquivo.

Descrição/Organização dos documentos:

O arranjo desta Coleção está dividido em 4 grandes grupos: Grupo I - Sindicatos dos Trabalhadores do Rio de Janeiro; Grupo II - Federações de Trabalhadores; Grupo III - Confederações de Trabalhadores; Grupo IV - Associações Profissionais.

Trata-se de uma Coleção aberta, constituída por material produzido pelas Entidades Sindicais e Profissionais (CREA e outras), e doado ao AMORJ por suas direções, ou por militantes das inúmeras categorias que a integram.

Optamos pela utilização de um arranjo misto, ao mesmo tempo estrutural e funcional. Estrutural na medida em que se destaca cada uma das entidades que compõem a coleção, e funcional, porque procura expressar a dinâmica da atuação de cada uma delas.

São subgrupos funcionais: administração, formação sindical, divulgação, eventos, eleições sindicais e colégio, para o Grupo I. Para os demais, os subgrupos são: administração, divulgação e eventos.

Séries e dossiês, constituem divisão dos subgrupos, e correspondem aos tipos documentais (espécies + funções), ordenados por critérios cronológicos e/ou alfabéticos.

O acervo desta Coleção continua se ampliando. O tratamento inicial, a partir do arranjo elaborado, permitiu-nos identificar as "lacunas" na documentação dos subgrupos, das séries e dos dossiês. Pretende-se sua complementação e permanente atualização.

Parcialmente organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL

Sigla: MOTRB

Doação: CEDI-KOINONIA

Documentação: (período abrangido)
1951-1995

O conjunto de documentos e publicações doados pelo CEDI-KOINONIA ao AMORJ-LPS-IFCS em 1996, é parte do acervo recolhido e organizado pela equipe do Programa Movimentos Camponeses e Igrejas, integrante do Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, que se extinguiu em 1996, dando origem a várias outras instituições, entre elas Koinonia.

O Programa referido foi criado em 1979 com o objetivo de prestar assessoria a organização e movimentos de trabalhadores rurais. A princípio, ainda em tempos de repressão, trabalhava prioritariamente em parceria com setores de Igrejas empenhados no apoio às lutas dos trabalhadores - daí o nome do Programa. Com as mudanças que se deram ao longo dos anos seguintes, o Programa passou a atuar muito mais junto aos setores do movimento sindical organizados em torno da CUT - Central Única dos Trabalhadores.

O Acervo doado reflete as preocupações, os temas e os vínculos que, ao longo dos anos, foi colocado para o Programa: luta por terra e Reforma Agrária, formas de organização da pequena produção, movimentos de trabalhadores assalariados e organização sindical, políticas públicas e meio ambiente. Vários professores e alunos que integraram a equipe do Programa participaram simultaneamente do Núcleo de Estudos Rurais - NUER, ou do corpo discente/docente do IFCS. Entre estes, Neide Esterci, Regina Novaes, Maria Cecília Jorio, Luciano Padrão, Mariana Pantoja, Aurélio Viana, Guilherme. Outros professores e pesquisadores especialistas em temas rurais também atuaram no Programa, entre eles José Roberto Novaes e Leonilde Sérvolo.

Descrição/Organização dos documentos:

O Fundo MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÃO DE TRABALHADORES RURAIS NO BRASIL, reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (títulos de jornais e revistas, panfletos, folhetos, etc), documentos audiovisuais (cartazes, fotografias, adesivos, fitas cassete).

A maioria dos documentos, produzidos pelo CEDI ou por outras instituições, entidades sindicais e partidos políticos, analisam a situação existentes no meio rural, seja através das relações de trabalho, propriamente ditas, seja através das organizações dos trabalhadores rurais.

Destacam-se os documentos produzidos pela Igreja Católica, através de suas diversas instâncias: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Pastoral da Terra, Pastoral do Trabalhador, Comunidades Eclesiais de Base - CEB's e Arquidioceses existentes

em todo o país, do Rio de Janeiro ao Acre, passando pelos estados do nordeste onde os conflitos pela posse da terra se agudizaram no final dos anos 70 e início dos anos 80.

É importante registrar a vasta documentação produzida pelos Centros de Direitos Humanos e pelos Comitês de Anistia, tanto a nível nacional como a nível internacional, particularmente aqueles que tratam das atrocidades cometidas contra os povos latinoamericanos.

Os documentos produzidos pelos próprios trabalhadores e pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STR, pelas Federações, pela CONTAG e pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, ocupam papel importante no Acervo do Fundo.

Outro conjunto documental importante é o que trata do processo de colonização do país, das migrações internas e de suas repercussões na agudização dos conflitos no meio rural. Constam também documentos governamentais, sendo os do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – IBRA, os que se sobressaem.

Faz parte do Acervo Coleções de Periódicos, destacando-se os Jornais: Pasquim, Movimento, Opinião, Jornal dos Sem Terra, Voz da Unidade, Brasil Agora, Folhetim.

Organização: fase inicial

COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA

Sigla: CGB

Doação: LUIZ ELIAS SANCHES

Data da Doação: 1996

Documentação: 1966 – 1992 (período abrangido)

O Coletivo Gregório Bezerra foi organizado a partir da luta interna instaurada no PCB em fins dos anos 70, com a volta da Direção Nacional do partido, exilada em países da Europa. Muitos militantes estranharam as declarações de vários membros do Comitê Central do PCB a imprensa e os artigos publicados no recém-fundado Voz da Unidade (semanário legal do partido) que pregavam o “não acirramento de tensões”, condenando a greve dos operários do ABC paulista, acusando-a de provocar um possível fechamento do regime.

No início de 1980, Luiz Carlos Prestes lançava sua Carta aos Comunistas, onde pedia que as bases tomassem o partido em suas mãos, por entender que esse se encontrava sob o controle do oportunismo, do carreirismo e que a política do PCB estava desatualizada e o partido a reboque da burguesia. Nesta carta, Prestes apontava os erros históricos do Partido Comunista Brasileiro e sua incapacidade de compreender a realidade brasileira.

Em todo o país, militantes comunistas passaram a questionar a linha política do partido. A resposta do Comitê Central do PCB foi a proibição da discussão da carta, ameaçando de expulsão os militantes que não obedecessem à sua decisão.

Na certeza de que estavam defendendo o passado político do PCB - apesar dos seus muitos erros - um grande número de militantes se levantaram contra a linha conciliadora e atrasada implementada pelo CC, criando Comissões Provisória de Reconstrução de Defesa do partido em vários estados, ou ainda, rompendo com Comitês Estaduais que se mantinham fieis a direção oficial.

Em várias regiões do país a luta interna se acirrou e foram formados os CPRD do PCB em estados do Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste. No começo, esses CPDR's pretendiam desautorizar a direção nacional do partido, colocando em prática uma linha política que consideravam combativa.

Ao contrário do que esperam estes militantes, o CC do PCB convocou um congresso em 1982, onde divergências de fundo não foram expressadas, apesar da luta interna que era travada em vários estados.

Em 1980, no Rio de Janeiro, um grupo de militantes comunistas romperam com o PCB logo que perceberam a impossibilidade de continuar submetido à política de “conciliação nacional” do partido.

Em 1981, esse grupo dissidente, não acreditando na “conciliação” proposta pelo CC do PCB, apontam o Socialismo como única saída para superar os problemas do povo brasileiro. Em 1981 realizam o I Pleno da organização, onde assumem compromisso com a defesa e a divulgação dos países socialistas, reafirmando o compromisso com o “centralismo democrático” dentro do partido, e procurando deixar claro que não existe contradição entre estes dois princípios da organização leninista. Neste momento chamavam a atenção para a necessidade urgente de articulação de todos os comunistas que haviam rompido com o PCB, no sentido de caminharem juntos para a construção de um novo partido, um “partido verdadeiramente revolucionário”.

Organizados nas bases e com direção eleita no I Pleno encaminharam sua política a partir do programa que fora deliberado nas discussões do evento. Isso, ao contrário de

outros comunistas que acreditavam não ser possível qualquer forma de organização que se apresentasse naquele momento.

Em 1982, esse grupo edita o primeiro número do jornal "Vanguarda", acreditando no princípio de que a "imprensa partidária deve ser um instrumento de organização e discussão política do partido, expressando sua posição diante de diversos acontecimentos e fatos que ocorrem na sociedade".

Em abril de 1983, realizam a I Conferência estadual, apontando para a necessidade de construção imediata de uma organização nacional, que visasse a construção de um Partido Revolucionário no país. Reafirmavam, naquele momento, fidelidade aos países socialista como vanguarda da Revolução no mundo. Analisando as contradições existentes na sociedade brasileira, apontavam o socialismo como única forma de solucioná-las e apontavam para a construção partido revolucionário nas fábricas e nos bairros proletários, deslocando quadros para atuar nos diversos movimentos populares.

Ao término da I Conferência, os militantes presentes resolveram denominar a organização de Coletivo Fluminense Para a Construção do Partido Comunista - CFPCPC.

A nível da política internacional o CFPCPC está presente nas atividade de solidariedade aos povos da Palestina, da Nicarágua, de El Salvador e Granada.

Atuam no movimento de Associações de Moradores, combatendo seu atrelamento ao Estado e criando uma oposição ao "reformismo e a conciliação" da direção da FAMERJ. No movimento estudantil atuam nos colégios e universidades criticando a estrutura de ensino brasileira, se colocando como alternativa à política do PCB, PCdoB e MR-8.

No movimento operário e sindical, trabalham no sentido de fortalecer a CUT/RJ, por entender que a Central Única dos Trabalhadores é uma central combativa, ligada às lutas dos trabalhadores e às suas reivindicações. Organizam no interior da entidade uma articulação de sindicalistas que lutam pelo socialismo, com vistas ao fortalecimento do movimento sindical no Rio de Janeiro.

Em janeiro de 1986, realizam a II Conferência estadual do CFPCPC com a participação de convidados de Santa Catarina, Goiás e Minas Gerais. No final da Conferência, os delegados presentes resolvem se juntar aos coletivos de outros estados, mudando o nome da organização para COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA - RJ, acreditando sintetizar naquele momento a luta dos comunistas que romperam com a política do PCB, marchando para a construção de um Partido Revolucionário.

A nível nacional, a partir dessa Conferência, buscam fortalecer os laços com os coletivos comunistas de outros estados, onde começa a surgir a proposta de uma direção nacional, que dirija os comunistas para um Congresso Nacional de formação de um Partido Revolucionário. Em novembro deste ano (1986), apoiam a candidatura Saturnino Braga (PDT), para prefeitura do Rio de Janeiro.

Em abril de 1987, o CGB-RJ, realiza sua III Conferência (Extraordinária), onde é aprovada resolução política sobre tática eleitoral. Esta resolução afirma que o "governo popular é a proposta tática mais avançada a ser atingida nos marcos do estado burguês", e que a ascensão de um governo que tenha como eixo central o programa da Frente Popular, um programa antimonopolista, antilatifundiárias e antiimperialista, será por si só fator de desestabilização e radicalização da conjuntura e da luta de classes. Acrescenta ainda, que "na possibilidade ... que tal caminhada seja barrada pela articulação golpista da burguesia, as massas deverão estar preparadas para um levantamento insurrecional".

Caso contrário "as massas deverão estar aptas a recorrer a formas de luta de quebrem qualquer nível de reação da burguesia. Essa aptidão das massas deve ser precedida pela preparação de sua vanguarda. O partido revolucionário da classe operária nessa fase já deverá estar preparado para a tomada do poder pela via armada ...".

Quando das eleições presidenciais de 1989, o Coletivo Gregório Bezerra apoia a candidatura de Luiz Inácio Lula da Silva, da Frente Brasil Popular.

Em 1990, ainda em aliança com o Partido Democrático Trabalhista, apoia Darcy Ribeiro para governador do Rio, apresentando por essa legenda um candidato a deputado estadual (Carlos Vignoli), que é eleito e pouco depois expulso da organização. Dois anos depois, já transformado em partido (Partido da Libertação Proletária) reconhecido pela legislação partidária brasileira, o antigo CGB/RJ, lança candidato a prefeitura do município do Rio de Janeiro, que no 2º turno das eleições municipais vai apoiar a candidata do PT, Benedita da Silva.

Os documentos da Coleção "Coletivo Gregório Bezerra", pertenceram aos Arquivos do CGB - Coletivo Gregório Bezerra/RJ e foram doados por Luiz Elias Sanches, membro do direção municipal da organização.

(Fonte: Documentos do CGB-PLP).

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção COLETIVO GREGÓRIO BEZERRA está disposta em caixas de transferência e é composta de documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folheto, livros, panfletos e títulos de jornais e revistas), documentos visuais (fotografias, cartazes, adesivos).

O Acervo contém documentos e publicações internas que retratam o processo de construção do CGB/RJ, passando pela organização do Coletivo Fluminense para a Construção do Partido Comunista, até a fundação do Partido de Libertação Proletária - PLP. Deliberações políticas das diversas instâncias de direção, dos congressos e plenárias, são significativos.

Grande parte da documentação retrata a intervenção do CGB/RJ nos diversos movimentos da sociedade civil, ou seja, no movimento comunitário, sindical, estudantil, diretas já, constituinte, etc. A nível da política eleitoral vamos encontrar um dossiê bastante expressivo sobre as eleições de 1990, momento em que o CGB/RJ lança um candidato a deputado estadual pela sigla do PDT, além de documentação sobre outros processos eleitorais.

Vasta documentação pode ser encontrada sobre os coletivos organizados em estados como Santa Catarina, Goiás, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Pernambuco, Ceará.

Também são significativos os documentos sobre o Partido Comunista Brasileiro, sobre a movimento de Reconstrução do PCB, Partido dos Trabalhadores, Partido Comunista do Brasil, a partir de 1966, Partido Revolucionário Comunista, e sobre diversas organizações de esquerda como POLOP, MEP, MCR, MTR. É importante registrar que faz parte desta Coleção o Dossiê "Luiz Carlos Prestes", contendo documentos sobre sua saída do PCB, os apoios e as críticas recebidas de militantes do Partido.

Em fase final de organização e elaboração de instrumento de pesquisa

FORÇA SINDICAL

Sigla: FSIN

Produção: AMORJ (doações de sindicalistas)

Documentação: 1991 – 1998 (período abrangido)

O Congresso de fundação da Força Sindical, no Memorial da América Latina, em São Paulo, nos dias 08, 09 e 10 de março de 1991. Luiz Antonio Medeiros, um dos idealizadores da Força foi eleito primeiro presidente da entidade, que congregou de imediato o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (com 370 mil filiados na base).

Este congresso reuniu 1.793 delegados sindicais, representando 783 sindicatos e federações. Estiveram presentes 74 representantes de entidades sindicais internacionais, entre eles, Carlos D'Aghino, da Confederação Italiana dos Sindicatos de Trabalhadores – CISL, José Ortiz, da Federação Sindical Mundial – FSM e Carlos Custer, da Confederação Mundial do Trabalho – CMT.

Neste evento de fundação da Força, foi eleita a Direção Executiva da Força Sindical, que além de Medeiros reunia Edmilson Simões (Alemão), José Ibrahim e aprovados os seguintes documentos: “Os Princípios da Força; Programa de Lutas”

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção FORÇA SINDICAL está disposta em caixas de transferência e é composta de documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folheto, livros, panfletos e títulos de jornais e revistas), documentos visuais (cartazes, adesivos).

Os documentos da Coleção versam sobre o I Congresso (de fundação), II e III Congresso da entidade, realizados respectivamente em 1991, 1993 e 1997. Tratam das Plenárias Nacionais de Mulheres Trabalhadoras, inclusive aquela que indicou as representantes da Entidade para participar IV Conferência Mundial de Mulheres, realizada em Beijin (setembro de 1995).

O material produzido pela Secretaria Nacional de Educação e Formação Sindical e pelo Setor Metalúrgico é bastante significativo. Documentos de outras atividades realizadas pela Força Sindical, entre elas seminários para discussão do contrato coletivo de trabalho fazem parte do Acervo desta Coleção.

Organizada

Em fase de elaboração do Instrumento de Pesquisa

MOVIMENTO ESTUDANTIL

Sigla: ME

Doação: BÁRBARA RAMACCIOLLI e
LUIZ EDMUNDO

Documentação: 1970 - 1989 (período abrangido)

A coleção Movimento Estudantil foi constituída a partir de doações de militantes e fazia parte do Acervo do Núcleo de Memória do Movimento Estudantil da UFRJ. Este Acervo foi doado ao AMORJ por Bárbara Ramacciolli, militante do movimento e pesquisadora do Núcleo. A documentação abrange as experiências político-culturais do movimento e as formas de participação dos estudantes na história política do país nas décadas de 70 e 80.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção MOVIMENTO ESTUDANTIL está disposta em caixas de transferência, contendo documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (folhetos, títulos de jornais e revistas, incluindo recortes) e documentos visuais (cartazes).

Os documentos em sua grande maioria tratam do movimento estudantil na UFRJ, do processo de reconstrução da UNE - União Nacional dos Estudantes, do projeto de Reforma Universitária do governo/1985. Podem ser encontrados documentos das e sobre as tendências políticas existentes no movimento, são significativos os documentos elaborados pelos estudantes, filiados e militantes do Partido dos Trabalhadores.

NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL

Sigla: NUPES
Doação: MÁRIO LADOSK
Documentação: 1983 – 1993 (período abrangido)

O NÚCLEO DE PESQUISA SOCIAL – NUPES era constituído de alunos da graduação e da pós-graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, sob a coordenação de um professor de seu quadro docente, José Ricardo Ramalho, com interesse voltado para a realidade sindical brasileira.

O NUPES surge em 1987, com o intuito de criar laços estreitos entre a Universidade e os Sindicatos, laços que, injustificavelmente não existiam.

Ao longo de sua existência o NUPES desenvolveu linhas de atividades que buscavam implementar seu projeto. Esse processo ocorreu acompanhado de uma reflexão, o que levou a um contínuo repensar de práticas e atividades. O Núcleo se estruturava em quatro linhas básicas: Pesquisa, Formação Sindical, Memória, Vídeo e Foto.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção NUPES, reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (títulos de jornais e revistas, panfletos, folhetos etc), documentos audiovisuais (cartazes, fitas de vídeo), que faziam parte do Acervo do Núcleo e que foram doados ao AMORJ.

Os documentos retratam a atuação do NUPES junto a diversos sindicatos, destacando-se os seguintes: Químicos de Nova Iguaçu, Metalúrgicos do Rio de Janeiro, Sindicato dos Aeroviários e Aeronautas, dos Ferroviários, SINTEL, Urbanitários. Também pode ser recuperado através da documentação o trabalho que o NUPES desenvolveu junto a Oposição Sindical dos Urbanitários, principalmente junto a Associação dos Trabalhadores da Ligth, e a Oposição Sindical da Construção Civil.

O trabalho desenvolvido junto a CUT/Rio de Janeiro e Nacional, também pode ser visto através do material produzido, tanto a nível da formação política, quanto a nível da recuperação da memória da entidade, pois faz parte deste Acervo um conjunto de entrevistas, fotografias e fitas de vídeo que foram produzidas quando da realização do 3º e 4º CONCURSOS, e 5º, 6º e 7º CECUT's - Rio de Janeiro.

Em fase final de organização e elaboração de Instrumento de Pesquisa

ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA

Sigla: OESQ

Doação: MILITANTE

Documentação: 1966 – 1972 (período abrangido)

O Acervo desta Coleção é composto de documentos oficiais de Organizações de Esquerda criadas em fins dos anos 60, e início de 70, a partir de dissidências do Partido Comunista Brasileiro e de outras organizações partidárias, também originárias do PCB ao longo de sua existência, principalmente a partir de sua opção pela política de “coexistência pacífica”. Em geral estas organizações tinham se definido pela luta armada como forma de enfrentar as atrocidades cometidas pela ditadura militar, instaurada no país com o golpe militar de 1964. Os documentos refletem a conjuntura política do país, naquele momento, em que vários militantes de esquerda eram torturados barbaramente e assassinados nos porões dos DOI’s - CODI’s.

Consta deste Acervo documentos da Var-Palmares, da ALN - Aliança Libertadora Nacional, do MR-8 - Movimento Revolucionário 8 de Outubro, da VPR - Vanguarda Popular Revolucionária, da POLOP, da OCML - Organização Comunistas Marxista Leninista.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção Organizações de Esquerda, reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (jornais, informativos), que estão dispostos em caixa box.

A grande maioria dos documentos são resoluções políticas, relatórios e informativos destas organizações. Constam também textos teóricos, seja produzidos pelas organizações, seja assinado por militantes, seja de autores marxistas-leninistas. Parte significativa dos documentos foram elaborados pela Var-Palmares.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Sigla: PCdoB

Doação: MILITANTES DO PARTIDO

Documentação: 1962 - 1997 (período abrangido)

O Partido Comunista do Brasil - PCdoB foi criado em 1962 por um grupo dissidente do Partido Comunista Brasileiro. Esses militantes, não aceitavam a tese da "coexistência pacífica", aprovada no V Congresso do PCB, realizado em agosto/setembro de 1960, e, muito menos a alteração da sigla da organização, com a finalidade de acentuar seu caráter nacional, e a obtenção da legalidade.

Faziam parte desse grupo, entre outros, João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Diógenes de Arruda Câmara. O PCdoB é reconhecido por estes militantes como o verdadeiro partido comunista, fundado em 1922.

No dia 18 de fevereiro de 1962, instala-se em São Paulo, a V Conferência Nacional Extraordinária do PCdoB, com a participação de delegados dos estados da Guanabara, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo. Esta Conferência, que teve a importância de um Congresso pelas questões discutidas e aprovadas, marcou a completa ruptura desse grupo, com o grupo de Prestes.

Em oposição a linha do V Congresso, a Conferência aprovou o "Manifesto-Programa", que traçava nova linha política para o partido. Decidiu-se reeditar o jornal "A Classe Operária", antigo órgão central do PCB, e elegeu-se um novo Comitê Central. "A Classe Operária", que tivera sua publicação suspensa, volta a circular legalmente até março de 1964. Proibido pela ditadura militar, o jornal volta a sair, clandestinamente, em 1º de maio de 1965.

No dia 17 de julho de 1963, o Comitê Central do PCdoB publicou o documento "Reposta a Kruchov", criticando a política dos soviéticos e seu apoio aos comunistas do PCB.

Em agosto de 1964, a Comissão Executiva do PCdoB tornou público o documento "O golpe de 64 e seus ensinamentos", onde é analisado os últimos acontecimentos do país e traçadas as tarefas para unir as massas na luta contra a ditadura.

A VI Conferência Nacional, realizada em junho de 1966, reúne delegados eleitos nas conferências de quase todos os estados brasileiros, além do CR dos marítimos. A Conferência aprovou importantes resoluções e o documento "União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça neocolonialista", que traçava orientação para lançar todos os militantes no trabalho de massas.

Levando em consideração a situação criada com o golpe de 64, a Conferência orientou os comunistas a lutarem pela união de todos os patriotas, analisou alguns aspectos de sua história e definiu uma política de construção do Partido da classe operária. A Conferência ainda aprovou os novos Estatutos do PCdoB e recompôs o Comitê Central do Partido.

Em 1967 o Comitê Central aprovou importantes resoluções. No documento "Alguns Problemas Ideológicos", o partido polemiza com o foquismo e condena a tentativa dessa corrente de substituir o papel dirigente do Partido pela guerrilha.

"Prepara o Partido Para Grandes Lutas", é o título da resolução aprovada pelo Comitê Central, em maio de 1968. Nesta mesma reunião é aprovado o documento "A Política Estudantil do Partido Comunista do Brasil".

Em janeiro de 1969, o Comitê Central aprovou dois importantes documentos "Manifesto ao Povo" e "Guerra Popular, Caminho da Luta Armada no Brasil", jogando importante papel na mobilização do partido.

O documento "50 Anos de Luta", publicado em março de 1972, analisa as experiências de cinco décadas do partido. Nesse mesmo ano, em 12 de abril, quase seis anos depois da chegada dos primeiros comunistas à região do Araguaia no eixo Marabá-Araguatins-Xambioá, as Forças Armadas atacam a área e tem início a resistência guerrilheira, que durou aproximadamente três anos.

Em 1973, se dá a incorporação dos efetivos da Ação Popular ao PCdoB, depois de longo período de luta ideológica.

Em fevereiro de 75, "A Classe Operária" publica a "Mensagem aos Brasileiros", onde o partido levanta três palavras de ordem que galvanizaram o movimento democrático: Anistia, Revogação das Leis de Exceção, Constituinte Livre e Soberana.

Em São Paulo, no dia 16 de dezembro de 1976, o exército invade uma casa, no bairro da Lapa, onde se reunia parte do Comitê Central e assassina Pedro Pomar, Ângelo Arroio, João Batista Drumond, e prende outros dirigentes. Este episódio fica conhecido como a "Chacina da Lapa".

Em fins de 1978 e início de 1979, realiza-se a 7ª Conferência Nacional, que reorganiza o Partido depois do duro golpe da Lapa. Neste evento, analisa-se as novas condições de luta contra a ditadura e aponta-se para uma nova ofensiva pelo fim do regime militar.

Em 1983, realiza-se ainda na clandestinidade, o 6º Congresso do PCdoB e em 1984 os comunistas saem às ruas com suas bandeiras pela Diretas Já, e vão conquistando, na prática, o direito atuar abertamente.

O PCdoB, em maio de 1985, consegue o registro legal do Tribunal Superior Eleitoral.

Em abril de 1988, realiza-se em São Paulo o 7º Congresso, onde o partido critica as posições de Gorbachov, e a Perestroika. Em 89, participa da organização e da campanha da Frente Brasil Popular.

Em 1992, realiza o 8º Congresso e em 1995 a 8ª Conferência Nacional sobre o Programa Socialista.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, contém documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (panfletos, folhetos, títulos de jornais e revistas) e documentos visuais (cartazes).

Reúne documentos contendo resoluções políticas de Congressos, Conferência, Plenárias e da Direção Nacional/Comitê Central. Reúne ainda, documentação sobre as atividades desenvolvidas pelo partido no Rio de Janeiro. Destacam-se documentos de outros partidos políticos brasileiro e de partidos socialistas/comunistas de outros países.

Os documentos estão dispostos em caixas de transferência, obedecendo a seguinte organização: Série 1. Documentos dos Congressos/Conferências Nacionais e Regionais do PCdoB; Série 2. Documentos da Direção Nacional/Comitê Central e Comitês Regionais do PCdoB; Série 3. Documentos da Comissão Pela Legalidade do PCdoB; Série 4. O PCdoB as Eleições e a Atuação Parlamentar; Série 5. O PCdoB e as Demais Organizações/Partidos Políticos; Série 6. O PCdoB e os Partidos Socialistas/Comunistas de Outros Países; Série 7. Documentos/Textos Diversos.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

PARTIDO DEMOCRATICO TRABALHISTA

Sigla: PDT

Doação: MILITANTES DO PARTIDO

Documentação: 1964 – 1996 (período abrangido)

O PDT - Partido Democrático Brasileiro, surgiu em 17 de junho de 1979, em Lisboa, fruto do Encontro dos Trabalhista no Brasil com os Trabalhistas no exílio, liderados por Leonel de Moura Brizola. Desse encontro que contou com a participação de Mário Soares, representante da Internacional Socialista, saiu a "Carta de Lisboa", que definia as bases do novo partido. O objetivo desse encontro era reavivar o PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, criado por Getúlio Vargas e proscrito pelo golpe militar de 1964.

Leonel Brizola, Doutel de Andrade, Darcy Ribeiro e outros trabalhistas já estavam no Brasil quando a Justiça Eleitoral entregou em 12 de maio de 1980, o PTB a um grupo encabeçado por Ivete Vargas, sobrinha em segundo grau de Getúlio.

Após denunciar o que consideraram uma manobra, os trabalhistas ligados a Brizola, reuniram-se na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, num Encontro Nacional, realizado nos dias 17 e 18 de maio, e anunciaram a adoção de uma nova sigla para o partido - PDT.

O programa, o manifesto e os estatutos do Partido Democrático Trabalhista, foram aprovados em reunião realizada na ABI - Associação Brasileira de Imprensa, no dia 25 de maio desse mesmo ano.

O PDT organizou-se inicialmente em 9 estados, principalmente no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nas eleições de 1982, o PDT elege Brizola governador do Rio, dois senadores (um no Rio e outro em Brasília), 24 deputados federais, deputados estaduais e vereadores.

Em 1983, antes da posse de Brizola, os pedetistas realizaram novo Encontro Nacional onde aprovam a "Carta de Mendes", cidade do interior do Rio de Janeiro, que sediou o evento. Neste documento, traçam as diretrizes de ação política para a realidade do Brasil.

Em 1989, o PDT era escolhido como único membro da Internacional Socialista no Brasil, e Leonel Brizola, eleito um dos vice-presidentes daquele organismo.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção PARTIDO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (panfletos, folhetos, livros e títulos de jornais e revistas), documentos visuais (cartazes, adesivos etc) e material museológico (botons, bonés, bandeiras).

Os documentos tratam da fundação do PDT, das deliberações dos Encontros/Congressos, da política sindical, das eleições disputadas pelo partido, inclusive as presidenciais. Podem ser encontrados documentos produzidos pelos gabinetes dos parlamentares, pela Juventude Socialista do PDT.

Os recortes de jornais tratam de temas como: golpe militar de 64, deposição de João Goulart e Miguel Arraes, Governos Brizola, incluindo aprovação de contas, eleições de 1994, reformas constitucionais, CIEPS.

PARTIDO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES UNIFICADO

Sigla: PSTU

Produção: AMORJ

O partido foi fundado em um congresso realizado em [1994](#) por integrante da LIT. O motivo da criação do partido foi devido a existência de profundas discordâncias ideológicas por parte de um grupo de partidários do [Partido dos Trabalhadores](#). Este grupo era representado pela corrente denominada [Convergência Socialista](#).

A fundação do partido uniu diversas correntes [socialistas](#) e comunistas, organizações e grupos ativistas revolucionários nacionais e locais, como, além da já citada Convergência Socialista, além do PLP ([Partido da Libertação Proletária](#)).

Seus integrantes afirmam que o seu regime de funcionamento de seu partido político é o [centralismo democrático](#), a modelo do [Partido Bolchevique](#) Russo de [Lênin](#) e [Trotsky](#), líderes da [Revolução Socialista de 1917](#). Estes e o revolucionário argentino [Nahuel Moreno](#), são considerados os principais referenciais teóricos do partido. Posicionam-se contra a doutrina [stalinista](#), e contra a chamada casta burocrática, que dirigiu a [URSS](#) a partir de [Stálin](#), com [Mao Tsé-Tung](#) na [China](#) e [Fidel Castro](#) em [Cuba](#), por exemplo.

Quando obteve o registro provisório junto ao [Tribunal Superior Eleitoral](#), em [17 de dezembro](#) de [1992](#), denominava-se *Partido Revolucionario dos Trabalhadores* (PRT). Em [30 de setembro](#) de [1993](#), mudou a denominação para a atual (PSTU). Obteve o registro definitivo em [19 de dezembro](#) de [1995](#). em 1998 e 2002 lança o seu dirigente Zé Maria como candidato à presidência, obtendo cerca de 0,2% dos votos.

O [PSTU](#) apóia as lutas dos trabalhadores contra a [burguesia](#) e o [governo](#), as [greves](#) por salário e por melhores condições de vida, as ocupações de terra e de prédios públicos, por [reforma agrária](#) e em defesa das conquistas dos trabalhadores, inclusive quando se utilizam de métodos radicalizados, em resposta a radicalização da exploração e da miséria provocadas pela busca incessante do [lucro](#) pelos [capitalistas](#).

Para os membros deste partido, a [sociedade](#) está dividida irremediavelmente em [classes sociais](#). De um lado estão os [patrões](#), os ricos, os [banqueiros](#) e os [latifundiários](#), ou seja, os que lucram com a atual situação. De outro estão os [trabalhadores](#), a juventude e os [sem-terra](#) e [sem-teto](#), aqueles que precisam de sacrificar todos os dias por sua sobrevivência com cada vez menos perspectivas de um futuro melhor no [sistema capitalista](#). Por isso o [PSTU](#) defende a total independência dos trabalhadores em sua atuação política e em suas lutas, em relação à burguesia, ou seja, aos patrões.

A concepção de [socialismo](#) do [PSTU](#) é radicalmente distinta das ditaduras [stalinistas](#) do [leste europeu](#), confundidas propositalmente com o socialismo. Para o partido, estas sociedades tiveram avanços importantes na solução de problemas básicos dos trabalhadores -como a miséria, a [saúde](#) e [educação](#)- ao terem sido expropriadas as grandes empresas. Mas foram dirigidas pela [burocracia](#) stalinista que reprimia os trabalhadores em defesa de seus próprios interesses materiais. Também se diferencia da [social-democracia](#), cujo maior representante no [Brasil](#) é o [PSDB](#). A social-democracia europeia dirige hoje a maioria dos países da [União Européia](#), e é o grande sustentáculo dos planos [neoliberais](#) na Europa. Por vezes inclui algumas compensações sociais, bem ao estilo do plano do PT para o [governo Lula](#).

O membros do PSTU se consideram socialistas revolucionários, porque não acreditam ser possível chegar um dia ao [socialismo](#) através das eleições. Só uma [revolução social](#), feita pelas massas trabalhadoras, com o proletariado industrial como sujeito social, poderá derrotar o [capitalismo](#), possibilitar a expropriação das grandes empresas capitalistas, e abrir o caminho para o [socialismo](#) a nível internacional.

O PSTU é contrário a idéia do "socialismo em um só país". Para o partido a internacionalização da produção sob o [capitalismo](#) exige uma resposta também internacional. Afirma que não se pode avançar para o [socialismo](#) restringindo a evolução da [economia](#) nas fronteiras de um país, pois não existem condições de superar o atraso econômico de um país como o [Brasil](#) somente com o seu potencial interno, na medida em que a produção já parte de uma base mundial. Este fenômeno foi ainda mais ampliado com a globalização, que significou um salto na internacionalização do capital, segundo as teses do partido.

Para o partido o fracasso do "socialismo em um só país" da burocracia stalinista - ideologia que servia para a burocracia manter os acordos de paz com o [imperialismo](#), enquanto dizia avançar para o socialismo na [URSS](#) - demonstrou uma vez mais a necessidade básica do internacionalismo como componente básico do socialismo revolucionário.

Portanto, segundo o PSTU a [revolução](#) só poderá ter alguma viabilidade, na medida em que se generalizar internacionalmente. Uma revolução que terminar confinada em um espaço nacional estará condenada a limites estreitos de evolução, o que a empurra para a burocratização e a derrota. Por isto o [PSTU](#) não se dispõe a ser apenas um partido nacional, mas ser parte de uma internacional revolucionária. A [LIT-QI](#), o embrião de uma [Internacional](#), é a concretização mais importante do [internacionalismo](#) do [PSTU](#).

O PSTU é um defensor da [democracia operária](#). Para o partido, é através da livre participação das bases operárias, populares e estudantis que se pode aferir a vontade e capacidade de luta das massas. Por isto o partido defende que todas as decisões mais importantes dos sindicatos se dêem em assembleias e congressos e luta contra todo processo de burocratização nos sindicatos e outras entidades populares.

O [PSTU](#) defende uma posição clara contra a [opressão racial](#) e sexual. Assume publicamente uma postura militante na defesa dos direitos dos [negros](#), das [mulheres](#) e dos [gays](#), [lésbicas](#), [bissexuais](#) e [transgêneros](#) contra a opressão, e busca trazer esta luta como parte específica e particular no seio do movimento [anti-capitalista](#), aliando aos oprimidos e explorados.

O PSTU compôs a [Frente de Esquerda](#) nas [eleições gerais de 2006](#), integrada pelo [PSOL](#) da Senadora Heloisa Helena, como candidata à presidência, e pelo [PCB](#). Em [Minas Gerais](#), o PSTU apresentou a candidatura a governador da Frente, enquanto em [São Paulo](#), [Rio de Janeiro](#), [Rio Grande do Sul](#), [Ceará](#), entre outros estados, o partido apresentou a candidatura ao [Senado](#).

Atualmente, uma das principais atividades do PSTU tem sido os esforços de organização da [Conlutas](#) (Coordenação Nacional das Lutas).

A luta contra as reformas neoliberais do governo Lula (reforma da previdência, projeto de reforma sindical e trabalhista, etc.), em defesa das conquistas e da condição de vida dos trabalhadores tem sido as principais bandeiras de luta da Conlutas, que foi fundada formalmente no [CONAT](#), em 2006.

A formação da Conlutas foi proposta inicialmente por membros do PSTU no encontro nacional sindical em [Luziânia-GO](#), no ano de 2004, sendo posteriormente abraçada por uma grande parte do [movimento sindical](#) combativo brasileiro.

*Fonte: Wikipedia / Tribunal Superior Eleitoral: [Partidos políticos registrados no TSE](#), acessado em [25 de julho](#) de [2007](#).

Organização da documentação

A documentação está dividida em séries: série 01. Periódicos; série 02. `Campanhas eleitorais, série 03. Documentos diversos.

PASTORAL DO TRABALHADOR

Sigla: PAST

Doação : PASTORAL DO TRABALHADOR

Documentação: 1952 - 1995 (período abrangido)

Esta coleção foi doada ao AMORJ e retrata um pouco da atuação da Pastoral do Trabalhador junto aos Sindicatos dos Trabalhadores do Rio de Janeiro, e as oposições sindicais, principalmente da Construção Civil.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção PASTORAL DO TRABALHADOR , reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (títulos de jornais e revistas, panfletos, folhetos etc), documentos visuais (cartazes e adesivos) e estão dispostos em caixas box.

Podem ser encontradas nesta Coleção publicações de várias instituições ligadas a Igreja Católica, entre elas, Arquidiocese de São Paulo, Serviço Popular Latinoamericano - SEP, do Centro de Ação Comunitária - CEDAC, Centro de Estudos do Trabalho - CET, IPROS, Centro Ecumênico de Documentação e Informação - CEDI, Federação dos Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo.

Com relação aos sindicatos, vamos encontrar uma vasta quantidade de documentos tratando de diversos assuntos. Documentos produzidos pelos sindicatos dos trabalhadores da Construção, Desenhista, Ferroviários, Químicos, Jornalistas, Metalúrgicos, Bancários e tantos outros, sejam sediados no Rio de Janeiro, sejam sediados em São Paulo.

A nível político mais geral, destacam-se os documentos sobre a Constituinte(1988), Eleições Presidenciais (1989), Movimento Comunitário e Atuação Parlamentar. Inclui também alguns dossiês tratando de questões relevantes como por exemplo violência contra trabalhadores urbanos e rurais.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição dos interessados para consulta e reprodução

RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Sigla: RPCB
Origem: OTELINO DE SOUZA
Documentação: 1979 - 1991 (período abrangido)

A Coleção RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO reúne um conjunto de documentos produzidos pelo RPC. Organizada como Sociedade Civil, sem fins lucrativos, visava desempenhar "fundamentalmente", o papel de orientar e formar politicamente os comunistas que, diante da profunda crise em que estava mergulhado o PCB, compreendem que se impõe a tarefa de reconstruí-lo com características revolucionárias, destacando-se o respeito pelos princípios marxistas-leninistas.

Entre outros princípios a serem defendidos estavam: a estratégia socialista da Revolução Brasileira, a unidade da nação e a democracia interna garantida pela correta aplicação do centralismo democrático, a integração ao Movimento Comunista Internacional e a defesa do internacionalismo proletário.

Estes comunistas, engajados na Reconstrução do PCB, não reconheciam qualquer legitimidade do grupo que se auto intitula de "Comitê Central do PCB", segundo editorial do Jornal da RPC/RJ, ano I - n. 0, de outubro de 1984. A Reconstrução do Partido Comunista Brasileiro se dissolve em 1991.

Descrição/Organização dos documentos:

A Coleção RECONSTRUÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO, reúne documentos textuais (manuscritos e/ou datilografados), documentos impressos (livros, periódicos, panfletos e folhetos, títulos de jornais e revistas) e documentos audiovisuais (cartazes, adesivos, discos), e estão dispostos em caixas de transferência.

Reúne rico material sobre o PCB - Partido Comunista Brasileiro, PT - Partido dos Trabalhadores, PDT - Partido Democrático Trabalhista, PCdoB - Partido Comunista do Brasil, CUT - Central Única dos Trabalhadores, e sobre diversos sindicatos e organizações de esquerda.

Organizada

Instrumento de Pesquisa a disposição de pesquisadores para consulta e reprodução

Ainda sobre o PCB:

Coleções Particulares

- . Almir de Oliveira Neves
- . Ana Maria Batista
- . Antonieta Campos da Paz
- . Armando Ribeiro
- . Eloiza Felizardo Prestes
- . Giocondo Dias
- . Hamilton Garcia/
- . Hércules Corrêa
- . João de Deus da Silva
- . Leôncio Basbaum
- . Marcos Jaimovich
- . Marcus Miranda
- . Moisés Vinhas
- . Muniz Ferreira
- . Sócrates Gonçalves
- . Ulisses Lopes

Coleções Institucionais

- . ASMOB
- . CGB
- . RPCB

Publicações AMORJ

- . Partido Comunista Brasileiro – Os anos de Formação (1922-1929)
- . Partido Comunista Brasileiro – Caminhos da Revolução (1929-1935)

**ARQUIVO DE MEMÓRIA OPERÁRIA DO RIO DE JANEIRO
LPS - IFCS - UFRJ**

Coordenação Geral

Prof^a ELINA GONÇALVES DA FONTE PESSANHA
Prof^a REGINA LÚCIA DE MORAES MOREL

Organizadores do Guia

MARIA CÂNDIDA RODRIGUES GONÇALVES
JÚLIA PROENÇA DE ARAÚJO